



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23-11-16

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo, declaro abertos os trabalhos 10ª audiência pública da Comissão, ano de 2016.

Esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br e será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo,

Vamos abrir e suspender os trabalhos porque há um grupo que fará uma apresentação. Tão logo terminem a apresentação musical, vamos retomar à audiência pública.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Reabertos os trabalhos, vamos compor a Mesa.

Chamo o Sr. José Renato Nalini, Secretário Estadual da Educação. (Pausa)
Alguém está representando o Secretário? (Pausa) A Secretaria da Educação está ausente.
Convidamos a Sra. Marina Tambelli, advogada ativista. Está presente? (Pausa) Está a caminho.
Sr. Gabriel di Pierro Siqueira, assessor da ONG Ação Educativa. (Pausa) Ausente.
Srta Beatriz Camelo, estudante da Escola Estadual Professor Fidelino de Figueiredo. (Palmas)
Gabriel Cunha, estudante da ETEC Basilides de Godoy. (Palmas) Deputada Rita Passos, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Está presente ou há algum representante? (Pausa) Está ausente. Professora Laura Laganá, Diretora Superintendente do Centro Paula Souza. Está ausente ou mandou algum representante? (Pausa) Alguém está representando a Professora Laura?(Pausa)
Professor Romualdo Portela – Centro de Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec (Pausa) Sra. Nádia Campeão, Secretaria Municipal de Educação está presente? Algum representante? (Pausa) Sr. Leandro Carnal, Sr. Mário Sérgio Cortella, Professora Adriana Marcondes – Instituto de Psicologia da USP, convido para compor a Mesa. (Aplausos) Sra. Cristina Ocariz – Instituto Sedes; Yves Carcelle - Instituto de Psicologia da USP; Professora

Amelinha Teles – Grupo Tortura Nunca Mais; Diógenes Antonio Pepe, Gerente do Conselho Regional de Psicologia São Paulo. Está presente? (Pausa) Isabel Cristina Lopes, Comitê de Mães e Pais e Luta. (Palmas) Sra. Maria Amália Adib, Pró-Reitora de Pós-Graduação da PUC São Paulo; Sr. Ariel de Castro Alves – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mandou representante? (Pausa) Sra. Nara de Souza Rivitti – Defensora Pública de União em São Paulo; Sr. Eduardo Dias de Souza Ferreira, Promotor de Justiça da Infância e Juventude; Sr. Júlio César Fernandes Neves, Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo; Sr. Luís Nassif, jornalista. Do Conselho Tutelar, há alguém representando o Conselho Tutelar? (Pausa)

Esta é composição inicial da Mesa. Vocês podem verificar que várias autoridades foram convidadas pra debater. Pode ser o trânsito ou o horário da audiência muito cedo que pode estar dificultando a vida dessas pessoas para chegarem e participarem da audiência.

Vamos abrir a palavra para que os integrantes da Mesa façam suas exposições pelo tempo máximo de cinco minutos. Esta audiência é para ouvirmos as pessoas que aqui estão. E após a exposição, abriremos a palavra para o plenário. As pessoas poderão se inscrever na nossa secretaria e cada inscrito terá direito a três minutos para fazer a sua exposição da tribuna.

Depois, ao término desta audiência, vamos mandar as notas taquigráficas para as autoridades convidadas, que não compareceram.

Vamos fixar como teto para esta audiência o tempo de 12 horas. Então vamos ouvir a primeira convidada, a Srta. Beatriz. (Palmas)

A SRA. BEATRIZ CAMELO – Bom dia, gente. Meu nome é Tiê e tenho 16 anos. Nós viemos aqui hoje em prol do direito da livre expressão que tem sido corrompido para gestão fascista do governo Geraldo Alckmin. Viemos em peso para denunciar essas perseguições e trazer, também, alguns relatos que nossos amigos vão ler agora.

Também quero citar que notamos a ausência das pessoas que deveriam estar aqui

compondo os nossos direitos e faltaram. Por que será? (Palmas)

É isso.

O SR. GABRIEL – Primeiro, quero dar bom dia para todo mundo. Obrigado pela presença. Segundo, queria ressaltar a falta de algumas presenças, as quais seriam muito importantes aqui, isso inclui a Secretária de Educação Paula Souza. É chato porque não querem prestar contas.

Acho que, no fim, todo mundo veio pelo mesmo motivo óbvio. A gente só quer saber por que... desculpa, galera, eu não preparei a fala.

A SRA. ADRIANA MARCONDES – Quero reafirmar o que vocês dois que falaram antes e que achei muito importante é que outras pessoas que deveriam estar aqui não estão.

O fato de as pessoas que deveriam estar aqui – e não estão – produz certo silenciamento perigoso.

Bom, meu nome é Adriana Marcondes.

Eu sou professora no Instituto de Psicologia da USP.

Vou falar a partir de um lugar, pois, além de professora, sou trabalhadora de um serviço público, a Universidade de São Paulo, e dentro desta, de um serviço público que se chama Serviço de Psicologia Escolar. Portanto, há 30 anos trabalho nessa interface da Psicologia e da Educação. Há 30 anos vou até as escolas públicas.

Quando estamos nas escolas públicas, no lugar da Psicologia é comum acontecer de várias questões serem trazidas para nós como questões nas quais deveríamos ajudar.

Eu queria eleger uma questão: o fracasso escolar.

Então, chegamos nas escolas e várias questões de aprendizagem e de comportamento nos chegam como se devêssemos ajudar a pensar o que fazer.

O que quero dizer a partir daí? É que o nosso desafio passou a ser compreender que tudo o que acontece na escola não é culpa das vítimas e, portanto, se certo aluno não está aprendendo ou se comportando de forma equivocada para certas pessoas, isso não é culpa do

aluno ou dos professores.

Por que estou elegendo isso para falar? Porque o fracasso da escola tem relação com duas questões: a produção da desigualdade social e o preconceito, para não falar de outras questões, elejo essas duas.

A Psicologia tem bastante responsabilidade na produção da desigualdade social e dos preconceitos. Somos uma ciência que produziu muito preconceito na nossa sociedade.

Então, entrando nas escolas públicas, percebemos algo – e esse movimento que os secundaristas estão realizando dá visibilidade a isso – uma instituição com precárias condições de trabalho; uma instituição em que o grupo de professores e a comunidade não têm autonomia e condições para definirem um projeto interessante para todos que de lá participam; uma inexistência da participação de muitas pessoas que são envolvidas na construção da escola.

Então, termino dizendo que o nosso trabalho passou a ser de composição de grupos, de fortalecimento das instituições e de brigas em relação a toda a estrutura da Secretaria da Educação ou do sistema educacional, que é bastante hierarquizada.

Entendemos que os resultados das avaliações - que, inclusive, são que avaliações que o setor público e que o governo organiza – nos mostram que estamos falando de um sistema que precisa de mudanças muito intensas. Não podem ser reformas ou pequenos programas, via projetos. É uma mudança que requer mudança de mentalidade, de cultura do que seja, para que é e como funciona uma escola. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Só para reforçar: esta audiência pública é fruto de um requerimento feito à Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo pelo Comitê de Pais e Mães em luta, para apurar alegadas arbitrariedades da Administração Pública praticadas contra estudantes e professores que participaram de manifestações política no ano corrente, bem como discutir outras questões pertinentes ao tema.

Nós já temos outros convidados presentes, os quais convido para compor a Mesa: Sr. Luiz Nassif, Jornalista; Sra. Tarsila Viana, representando a Advogada ativista Marina Tambélia; o representante da Secretaria de Estado da Educação, representando o Sr. José Renato Nalini, o Sr. Wilson Levi. (Palmas) Também está presente o Dr. Marlon, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, quem convido a participar da Mesa. (Palmas)

Nós estamos na fase de exposição das considerações. Pedimos aos integrantes da Mesa que façam suas exposições no tempo máximo de 5 minutos, para que possamos ouvir o público convidado a participar desta audiência.

Vamos passar a palavra para a Sra. Isabel Cristina Lopes, do Comitê de Pais e Mães em Luta. (Palmas)

A SRA. ISABEL CRISTINA LOPES – É um prazer enorme estar aqui representando essa luta dos pais, das mães e dos apoiadores à causa dos nossos filhos. Consideramos, como a Rosana diz “que todos são nossos filhos”.

Preciso falar sem me emocionar.

Esse comitê nasce da luta do ano passado, 2015, uma luta que envolveu muitos que aqui estão. Uma luta difícil e vitoriosa diante da reorganização do ensino que estava sendo previsto. E isso foi fundamentalmente interrompido em função da força, luta e coragem dos secundaristas que aqui estão e dos que não estão aqui, mas estão bem representados.

Este ano a luta se deu de uma maneira muito mais intensa e difícil. E isso estamos acompanhando, um sofrimento muito grande e uma grande dificuldade diante de ações extremamente arbitrarias e inconstitucionais. E isso é o que nos mobiliza muito para esta audiência, de poder olhar e dizer que no Estado de São Paulo as pessoas, os estudantes e não só os estudantes, a gente vem acompanhando sérias ações de arbitrariedades.

Ontem pudemos observar o Condepe sendo invadido, dia desses a Escola Florestan Fernandes, espaços importantes que defendem a democracia e os direitos humanos sendo criminalizados por uma ação de defesa da cidadania e dos direitos humanos. Os secundaristas são vítimas desse processo, a sua manifestação legítima como estudantes dentro das suas escolas, o que significa a ocupação para manifestar. Não é uma ocupação para morarem naquele lugar, para tomarem conta e por isso serem considerados invasores.

Não cabe essa expressão, essa denominação, e cabe sim a importância dessa manifestação.

Inclusive, isso virou uma cartilha da Defensoria Pública da União que entende esse como um direito fundamental. Então por que no nosso Estado não se precisa mais de mandado de reintegração e todos que se manifestam e ocupam suas escolas para dizerem que as coisas não estão bem, o ensino precisa ter maior qualidade, maior respeito, não queremos uma PEC que não passe por uma discussão de todos, que possa prever mudanças estruturais profundas para o nosso país. Por que precisam ser tratados como criminosos e tirados das suas escolas puxando o cabelo, empurrando, batendo, levando para uma delegacia de polícia?

Essa tem sido a narrativa constante da nossa Cidade e do nosso Estado. E é contra isso que nos manifestamos. É contra isso que os pais, mães e apoiadores se colocam, em defesa dos estudantes, professores, escolas e em defesa, acima de tudo, do direito de manifestação e liberdade.

Sou mãe, psicóloga de formação e pude doar alguns horários do meu cotidiano para ouvir muitos dos secundaristas, principalmente das escolas Basilides de Godoy e da GV, que sofrem silenciosamente. Não é só o sofrimento das porradas, dos camburões, da delegacia, mas há um sofrimento diário que se manifesta na perseguição por parte da direção de escola, de professores, de colocarem alunos contra alunos, irmãos contra irmãos, numa indecência das relações humanas que interfere no dia-a-dia dessa moçada na escola. Ah, não vai ter formatura, não vai ter festa por culpa da ocupação.

Vai ter prova hoje, não no outro dia que estava marcado por culpa da ocupação e assim criminaliza uma atitude e impede que as pessoas aprendam o quanto é importante o desempenho político na vida de todo o sujeito e mais a defesa daquilo que é representação do bem comum. E a educação é a maior representação do bem comum e da formação de pessoas críticas e criativas. Parabéns a todos que estão aqui, parabéns para essa luta e que a gente consiga dar um salto e mudar a qualidade cidadã dessa cidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigada, Sra. Isabel Cristina Lopes. Passo a palavra para Sra. Tarsila Viana, advogada ativista.

A SRA. TARSILA VIANA – Primeiro, bom dia a todos. Eu sou filha da educação, filha de professora, de psicopedagoga e acompanha a luta em diversas frentes. Vim aqui para fazer uma discussão mais jurídica. Eu acompanhei algumas ocupações, algumas ocorrências

com secundaristas, independentemente, de ocupação ou não e eu venho acompanhando uma forma de criminalização não só dos movimentos sociais, mas também dos adolescentes que questionam o sistema. Acho que isso é uma coisa muito ruim porque eles são a formação, o futuro e a gente criminaliza quem vai nos representar amanhã. Então, que tipo de formação a gente está dando para eles? Uma formação de que a polícia não vai bater, mas vai fazer uma tortura psicológica imensa, vai sumir com os meninos durante três horas, desde a entrada no camburão até a apresentação na delegacia, que ninguém sabe o que aconteceu, aí demoram três horas para os advogados para o conselho tutelar ter acesso e eles ficam a margem de quem? A margem do sistema, numa pressão e numa tortura psicológica e se questionam se está valendo a pena a luta deles. Será que está valendo a pena?

Quantos de vocês aqui já não apanharam ou sofreram pressão psicológica ou já voltaram para casa e ficaram pensando: amanhã não vou para a luta, amanhã será um a menos que vai estar na frente de combate. E tudo isso, no meu ponto de vista, de uma forma arbitrária e ilegal porque toda a movimentação que tem com a polícia fazendo a reintegração sem nenhum mandato, sem nenhuma ação judicial, apenas administrativa e com base em ofícios, que são muito escassos, diga-se de passagem, com nenhum embasamento jurídico é muito complicado. Porque como é que você coloca, a última ocupação de que participei foi na João Couto, aqui no Centro de São Paulo, não tinham 20 adolescentes dentro da escola, chegaram cinco carros do choque e foram fazer a revista nos meninos. É uma ação desproporcional, não precisa de tudo isso, é uma mobilização e uma criminalização de uma forma que não deve acontecer. Não que tenha que acontecer com outras pessoas, não tem que acontecer com ninguém, tem de ser uma construção de baixo para cima e não de cima para baixo como está sendo.

Uma frase que eu ouvi esses dias é assim: “O problema é que quem governa e quem manda não anda de ônibus”. E não anda mesmo. Não é quem vai ocupar as escolas que vai decidir a vida deles, não é quem está na luta que está decidindo. Está sendo decidido lá em

cima, que não sabe o quanto um professor sofre assédio moral por conta da diretoria de ensino porque tem de cumprir meta, porque tem de dar a matéria. Não pode fazer nenhuma discussão política porque se você faz uma discussão política, independentemente, de partido, de qualquer coisa. Colocando a Constituição, que é uma lei crua. Nossa você está doutrinando os alunos. Fazer o aluno pensar é doutrinar? É uma questão que tem de ser muito questionada. Então, o movimento secundarista sofre muitas perdas pela repressão do próprio estado da criminalização. Eu me identifico em muitas lutas deles, eu estudei em escola pública. Sei o quanto ruim hoje o ensino é porque você não consegue colocar nada além do que a diretoria manda, só que a diretoria não está na sala de aula, não sabe as dificuldades de cada aluno, de cada sala e se você coloca todo mundo para pensar, fica uma coisa meio doutrina e você é uma bruxa, caça as bruxas.

Acho que essa audiência pública deveria ser um ponto de partida para começar a se questionar como o sistema está agindo, porque a PEC é Federal, vai atingir todo mundo? Vai. Mas, administrativamente os alunos estão sendo criminalizados e jogados uns contra os outros; não têm apoio de ninguém; os diretores ficam entre a cruz e a espada. Porque se eu não fizer a reintegração, a diretoria de ensino virá matando em cima de mim. E, se eu fizer a reintegração, meus alunos não poderão fazer o que é de direito deles, que é a manifestação, o pensamento, a criação de uma nova sociedade. Daí, dizem que são bruxos e etc., mas estão respondendo a um sistema, que eles podem defender ou não.

Mas, em contrapartida eles estão na linha de frente com os alunos. Então, é uma coisa que tem que ser analisada de forma mais ampla. Acho, inclusive, que as ocupações têm que continuar, tem que haver o questionamento, tem que ter mais assembleias. Na última ocupação a pergunta que o delegado fez aos meninos foi: “Por que vocês lutam?” Nunca vi nenhum delegado perguntar isso. Até eu fiquei pensando: “Nossa, ele está perguntando isso para os meninos?” É o primeiro que começou o questionamento. Então, assim, você começa a pensar que os delegados também estão se questionando por que toda madrugada têm de

atender 15, 20 adolescentes? E nem estão sabendo por que estão atendendo esses adolescentes.

Começou-se uma discussão clara do delegado perguntando por que eles estavam lutando. O que é uma PEC? O que isso vai mudar na sua vida? Para um delegado fazer essa discussão e não um diretor é porque inverteram-se os papéis. Então, é algo que tem de ser mudado de uma forma muito maior. Os acompanhamentos que tenho feito é que cada vez mais os alunos e professores estão sendo perseguidos por pensarem. Que democracia é essa em que estamos? Pensar é um crime?

A ocupação da Escola Florestan Fernandes foi o maior absurdo que aconteceu. A polícia entrou, não sabia nem por onde entrava, foi uma vergonha a atuação da polícia. Pior ainda, entrar num espaço que não sabiam como era a disposição e apontar armas na direção de onde é a ciranda, onde tinham crianças. Isso foi o maior absurdo que aconteceu. Como é que entram sem nenhum mandado, sem nenhum respaldo jurídico e quando os detidos, supostos criminosos, foram apresentados nem o delegado sabia o que estava acontecendo. O delegado colheu depoimentos e falou: “Vamos analisar”. Vai analisar o quê, se você que está respondendo por aquilo não está sabendo o que está acontecendo? Onde estamos? Estamos numa ditadura, onde as pessoas somem, aparecem, prestam depoimentos, ninguém sabe o que acontece, os advogados não têm acesso aos autos, a gente não consegue exercer a advocacia, como é que fica? Pensar é um crime?

Os meninos, que são o futuro da Nação, estão pensando e sendo criminalizados, muitos já estão desistindo da luta, porque estão vendo que cada vez é mais difícil, é mais repressão e aí você começa a ter perseguição nas escolas, você não consegue fazer matrícula, eles puxam o histórico e dizem: “Ah, não, a gente não tem vaga”. Aí para o cara do lado, que não é militante, “ah, para você tem vaga”.

Então, assim, têm muitas coisas acontecendo que têm que ser pontuadas e questionadas. A gente, além das ocupações tem de fazer um movimento paralelo no

Legislativo e no Judiciário, porque senão a luta vai morrer na própria luta e não é isso o que eu espero. Não é isso o que eles querem. Acho que tem que ser uma coisa em conjunto: os três Poderes, a população, quem realmente vai ser afetado. Não adianta fazer corte, porque não é na carne deles. É na nossa carne.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Presente o Vereador Toninho Vespoli, professor, Vereador também integrante da Comissão de Educação.

Tem a palavra o Sr. Luís Nassif, jornalista que também está participando desta Mesa.

O SR. LUÍS NASSIF – Agradeço o convite. Sobre algumas sugestões na condição de jornalista, que está de fora, mas querendo apoiar vocês. Faltam informações.

Recentemente, fizemos uma entrevista com uma professora da Fernão Dias que deu um quadro dantesco de estudante sendo seguidos, aí, por caras anônimas, provavelmente P2, alguns sendo enviados para a Febem. Fomos atrás de mais informações, mas elas estão dispersas. Seria importante que a organização que vocês mostraram nas ocupações sejam utilizadas, agora, junto com os advogados, para poder alimentar, são duas coisas que eu sugeriria. Uma é essa questão da informação efetivamente. Qualquer caso.

Veja bem estamos perto de grandes tragédias de direitos humanos. Esse negócio da Condep, da Polícia ter acesso aos arquivos das testemunhas de crimes é um negócio gravíssimo. E você não vê movimentação do Ministério Público Estadual, Não basta devolver esse computador. A mera cópia dos arquivos vai expor todo mundo que é testemunha desses crimes. E, em relação aos estudantes, mesma coisa.

Então precisamos ter informação. Se pudesse ter um grupo que centralize esses dados. Um site que vocês montem. Coloco-me também à disposição se for necessário. Todos estão armados de celulares e tudo o mais. Qualquer caso de abuso mandem a informação. Dê os dados, digamos a arma para tentar desarmar essa movimentação do Governo do Estado e

da PM. É informação.

Fiquei muito assustado o ano passado, pois gravei uma entrevista com três estudantes e, no final, da ocupação, uma delas falou: “Precisamos manter a mobilização para defendermos os nossos colegas”. E eu imaginava: “Defender os colegas de alguma represália da direção”. Não. Era da PM.

Então esse é o primeiro ponto. O segundo ponto tem de provocar o Ministério Público Estadual. Qualquer caso de abuso, tem de entrar com representação. Se eles não quiserem tomar a decisão, eles vão ter de pagar o risco de imagem pelo fato de não defender os estudantes. Então são os dois pontos aí que, para nós, seria essenciais para defender os alunos dessas arbitrariedades. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Luis Nassif. Vamos ouvir o Sr. Marlon Escher, Procuradoria Federal dos Direitos da Cidadania.

O SR. MARLON – Bom dia, obrigado. Quero agradecer o convite que foi formulado para participar dessa audiência.

Primeiro quero me apresentar, pois somos uma figura um pouco estranha na existência do mundo jurídico brasileiro. Sou Procurador da República, ou seja, membro do Ministério Público Federal. Esse foi o concurso público que fiz, há 21 anos. Trabalho atualmente na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a PFDC,

A PFDC é um órgão dentro do Ministério Público Federal, criado por lei, que tem como tarefa cuidar dos temas de direitos humanos. Não temos poder para enterar com ações judiciais, nós PFDC, mas ela funciona como uma espécie de um escritório de recebimento de denúncias de violação de direitos humanos; para fazer recomendações, relatórios; fazer informações; e, se for o caso, provocar outras instituições que podem entrar com ações, inclusive meus colegas do Ministério Público Federal para que o façam, ou com os ministérios públicos estaduais.

Não é uma função fácil, estamos exatamente nesse momento dentro dessa onda

de repressão, e reação a tudo que signifique alguma forma de resistência, ou de avanço, nós estamos sendo acuados. Tivemos uma atuação, alguns acompanharam, no caso das manifestações da violência policial nas manifestações públicas, e abrimos uma investigação. Fomos à audiência de custódia daqueles meninos que tinham sido presos, naquele caso do militar infiltrado, e recebemos uma reação bastante virulenta por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo, por parte da Associação dos Ministérios Públicos do Estado de São Paulo, e estamos perdendo por 6 a zero no Conselho Nacional do Ministério Público, dizendo que nós atuamos fora da nossa atribuição.

Só para mostrar que isso não vai significar que vamos desistir. Vamos até o Supremo Tribunal Federal, até a última instância, para afirmar que, em termos de direitos humanos, não existem privilégios, não existem exclusividade, isso é um princípio básico jurídico de que direitos humanos temos de somar, e nunca dividir, na hora de promover.

Mas só para mostrar essa introdução de que somos uma figura também minoritária dentro das nossas instituições de ministérios públicos, mas que temos de continuar fazendo essa disputa. E é disso que eu queria falar com vocês.

O movimento de ocupação e de resistência nas escolas é parte – e acho que é uma parte fundamental – do momento político que vivemos. Nós vivemos não uma onda, mas uma *tsunami* brasileira e internacional de redução de direitos de todos os níveis e, especialmente, os mais fáceis de serem atacados são os direitos econômicos-sociais, entre os quais se encontram o direito à Educação.

E eu queria dizer que vocês são inspiradores, o movimento de vocês, é inspirador daqueles que ainda nutrem alguma expectativa de que possamos fazer um pouco diferente do que tem sido feito, porque sou egresso – eu era criança no tempo da Ditadura -, então minha formação política e minha formação jurídica vêm do tempo do final da Ditadura, da resistência, Diretas Já. Eu tinha a idade de vocês no tempo das Diretas Já, embora não pareça – parece que sou muito mais jovem, sei disso, não precisa nem mencionar – e esse caldo de cultura de

ter participado, em 84 e 85, dessa disputa pelas eleições Diretas Já, perdemos as eleições diretas, mas, depois, conseguimos terminar com a Ditadura Militar, foi fundamental para a história do País.

E vocês – não tenho a menor dúvida de afirmar isso – estão escrevendo um capítulo. Começou com as ocupações aqui em São Paulo contra aquela reorganização do sistema educacional ano passado, ano retrasado, e hoje tem um novo capítulo numa projeção muito maior, porque vocês iluminaram colegas estudantes em todo o Brasil e estão sendo parte – lamento dizer – de uma disputa em cima da legitimidade do movimento de vocês.

É claro que não existem respostas fáceis. No campo do Direito sempre é muito complicado e não temos direitos absolutos. Nós recebemos demandas, como instituição, do grupo de alunos e de pais de alunos que querem ter aula, querem ter a escola e tal. E não podemos dizer que não há uma legitimidade no interesse deles. Não podemos nunca desqualificar esse tipo de argumentação.

O que temos – e esse é o cotidiano de quem trabalho com Direito, especialmente quem trabalha com Direito Constitucional – é uma balança, que vai pesando, sopesando, equilibrando, tentando constranger o mínimo possível o direito de uns pelo exercício do direito de outros. Agora, há momentos que são de tensão mesmo. E não adianta fingirmos que não existe a tensão. A tensão é parte do processo de disputa, e é parte desse processo de afirmação democrática, e de afirmação cidadã do nosso exercício e convívio social.

Então dentro desse quadro, o que eu gostaria de dizer a vocês? Primeiro, que é fundamental realmente ter um nível de organização que permita que vocês consigam transmitir as demandas dessa disputa. Tem lá a disputa que vocês fazem no campo contra alguns professores, alguns diretores que têm uma visão mais conservadora; contra alunos que tenham também visão mais conservadora; contra movimentos que estão também se aproximando de alunos que tenham uma visão mais conservadora para tentar fazer esse enfrentamento; e eles, não se iludam, são muito articulados.

Eu vejo com meus colegas de algumas procuradorias da República, no Brasil afora, e vou dizer a vocês que a grande maioria tem uma visão bem mais conservadora do que a minha sobre, inclusive, a legitimidade do movimento, mas eles recebem um bombardeio de pressão pelo outro lado. E isso acaba dando um certo peso na balança. Nós precisamos ter muito claro uma necessidade de compreensão que vocês precisam – e sei que é difícil, que é pedir demais sempre – saber que rede de apoiadores, como advogados, que possam construir uma rede que possam também perturbar – como o Nassif colocou – os atores que desempenham algum papel nisso num ponto de vista jurídico.

Os ministérios públicos dos estados têm que saber que não podem estar só de um lado, porque há reclamação dos dois lados e eles vão ser cobrados: o Ministério Público Federal, as defensorias públicas, para mostrar que o que vocês estão fazendo não é nada ilícito, mas um exercício legítimo de um direito civil e político básico, que é o direito de manifestação do pensamento, um direito de expressão. É claro que não é escrevendo no seu blog que vocês vão fazer alguns convencimentos, mas tem que lutar realmente; e o lugar de fazer a luta é na escola, afinal é o ambiente de vocês.

Então eu vejo com absoluta legitimidade, absoluta simpatia, do ponto de vista jurídico, a regularidade desse movimento até o limite que ele não esteja prejudicando, de um modo absoluto, outros direitos. Há sempre esse cuidado de não prejudicar de modo absoluto. No Rio de Janeiro, temos dois Procuradores atuando num caso, em posições opostas, e tentando dizer até nessa conjugação: “Por que não libera uma sala para fazer o ENEM e o restante fica ocupado?”. Então, será que não é possível, se for um jogo tudo ou nada, ter uma solução para não jogar tudo fora, guardar um pedacinho, e pensar também em canais de diálogo, quando isso não signifique rasgar ou abrir mão da pauta essencial. E as únicas pessoas que têm condição de dizer qual é a pauta essencial do movimento são vocês.

Não aceitem tutores, porque ninguém precisa deles. Isso é um mal da nossa democracia, é um mal da estrutura da sociedade brasileira sempre achar que haverá alguém

de fora mais iluminado do que nós mesmos para dizer o que devemos fazer. Esqueçam-se disso, porque quem vem de fora vai querer impor a sua própria pauta. Os órgãos que têm alguma responsabilidade de intervir no caso têm de entender a pauta de vocês e representar esses interesses. Portanto, além de se organizar e tentar ocupar os espaços, não aceitem que pessoas estranhas ao movimento, inclusive do Ministério Público, devam dizer o que vocês devem, ou não, fazer. Agora dialogar sempre, escutar, participar e compreender o outro lado é fundamental, principalmente num momento em que o País vive com disputas futebolísticas em temas tão importantes como a política e os direitos humanos, em que tudo é um “fla flu”, a gente tem que se colocar no lugar do outro. Isso é parte do processo, porque a gente tem que compreender que o outro lado pode ter interesses legítimos e, em cima disso, construir as estratégias de atuação da sua própria pauta.

Quero parabenizar pelo que vocês representam nesse momento da vida política brasileira, porque nós estamos vivendo uma onda muito forte, conservadora, em todos os espaços. Ontem estava vendo uma piada que me deixou muito impressionado: um mundo onde a força mais progressista parece ser o Papa, onde o Papa é a grande liderança progressista no mundo, e onde a gente comemora que Angela Merkel será candidata na Alemanha pela quarta vez, como se isso fosse uma força de resistência progressista, realmente é chocante.

Então, percebemos que não é só dentro do Brasil, mas no mundo todo estamos vivendo essa onda. Por isso, acho que a minha geração fracassou, ou ela teve o seu momento de conseguir realizar, mas estamos vivendo do ponto de vista histórico brasileiro algo muito interessante, que ainda não tem nenhuma clareza para mim, que é o fim da Nova República.

A Nova República, que começou no fim da ditadura, acabou. Agora não tenho clareza do que virá no lugar. Acho até que o Haddad falou isso na entrevista que deu na segunda-feira. Está vindo uma tentativa de uma onda muito conservadora, que me faz lembrar os anos 30, pré-Segunda Guerra, mas também pode ser que ela seja muito passageira,

apenas um espaço do pêndulo indo muito forte para voltar muito forte; queremos empurrar o pêndulo de volta. E aí, eu não tenho como me esquecer de 68 e lembrar que, no mundo todo, foram os estudantes os grandes impulsionadores de uma retomada democrática mais intensa.

Nós estamos justamente neste momento. Eu não tenho nenhuma capacidade de fazer uma análise mais profunda, mas eu vejo iminentes figuras que têm experiência em análise histórica muito grande e que podem fazer essa avaliação.

Quero dizer que vocês são protagonistas e, longe da repressão, para fazer com que não haja desistências ou que haja redução da importância e da grandeza do movimento, precisamos fazer desse limão uma limonada, fazer com que a resistência traga mais motivação e mais capacidade de fazer esse enfrentamento. Mas sempre com responsabilidade; deixem a irresponsabilidade para o outro lado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sr. Marlon.

Anuncio a presença do Vereador Jamil Murad, que convido a fazer parte da Mesa.

(Palmas)

Tem a palavra o Sr. Wilson Levy, nesta reunião representando o Secretário de Educação, Sr. José Renato Nalini.

O SR. WILSON LEVY – Bom dia a todos. Falo hoje na qualidade de representante do Secretário de Educação. Agradeço a V.Sa. o convite a oportunidade de falar nesta reunião da Comissão de Educação da Câmara Municipal de São Paulo e quero falar um pouco sobre o trabalho que temos desenvolvido sobre gestão democrática da educação.

São Paulo é o único Estado da Federação que está dando pleno cumprimento ao artigo 9º e a meta 19 do Plano Nacional de Educação, que traz uma obrigação aos sistemas estaduais e municipais de educação de modernizarem seus espaços de participação e de deliberação democráticas.

O único Estado do nosso país que desenvolve um projeto de gestão democrática é

o Estado de São Paulo. Tenho a grata satisfação de ser o coordenador desse projeto e, portanto, tenho muito a dizer a vocês sobre o que temos feito.

Entendemos que os espaços de participação e de deliberação que precisam ser modernizados são os grêmios estudantis, os conselhos de escola, que têm representação de professores, de alunos, de diretores e servidores, e as Associações de Pais e Mestres. São esses três os espaços em que é possível congregar todos os elementos, todos os componentes da comunidade educacional.

Como vim com o novo Secretário, o Professor Nalini, eu não estava na Secretaria no ano passado, no contexto das ocupações. A decisão que foi tomada no início do ano é que esses espaços devem ser os protagonistas dos grandes debates sobre a educação no Estado de São Paulo.

Esses espaços foram criados e consolidados nos anos 80, momento em que o País se redemocratizava e que era importante criar e ocupar o espaço. O Brasil de 2016 é um País muito diferente do de 1985, ano em que eu nasci. Então, eu não vivi a redemocratização, mas posso dizer que é um País muito diferente. Nossa sociedade é muito mais plural, tem um componente de diversidade muito maior, os grupos sociais estão muito mais organizados e são mais fragmentados, há lutas paralelas acontecendo, que não aconteciam quando todos estavam juntos pela redemocratização.

E esses espaços – os grêmios, os conselhos e as APMs – precisam expressar esses novos tempos, precisam estar preparados para lidar com uma sociedade que é diferente daquela dos anos 80.

Acompanhei as ocupações – como cidadão, como leitor de jornais, como alguém interessado na pauta pública e política do País -; e, na época, vi reivindicações de grêmios que gostariam de se organizar de maneira horizontal, direta, orgânica, não daquela maneira hierarquizada, como tradicionalmente se organiza um grêmio. Existia uma demanda por conselhos de escola mais participativos, que tivessem um componente paritário maior, uma

frequência de reuniões maior. e também um questionamento muito grande sobre o papel das APMs, de trazer os pais e as comunidades para dentro das escolas, e nem todas as APMs de nossa rede funcionam a contento. Então, a decisão política tomada foi no sentido de fortalecer esses espaços.

Fizemos um projeto base, que foi encaminhado para as universidades, sindicatos, organizações estudantis – aquelas formais: UNE, UBES, UMES -; todos tiveram a possibilidade de opinar sobre esse projeto. Foram mais de 200 ofícios e *e-mails* que mandamos. O projeto encontra-se na primeira fase, de diagnóstico, em que ouvimos a rede para entender sua percepção sobre esses espaços.

Fico muito contente de trazer este número a vocês: já tivemos mais de 160 mil respostas ao questionário que formulamos e que está disponível no nosso *site*. Neles, há duas partes principais: a primeira, com questões de múltipla escolha, em que estudantes, professores, pais, servidores, diretores, a comunidade educacional como um todo pode opinar sobre a qualidade do seu grêmio, do desempenho do seu conselho de escola, do funcionamento da sua APM; e uma segunda, com duas questões abertas, em que cada um – estudantes, pais, professores – pode colocar sugestões de aperfeiçoamento, ideias, como “Na minha escola, o grêmio funciona de maneira orgânica, horizontal, não temos hierarquia”.

É com base nesse questionário que faremos uma agenda em 2017 de discussão em cada unidade das mais de 5,5 mil escolas da rede pública estadual de ensino. Então, no começo do ano, um ou dos meses depois do início das aulas, separaremos um período para que cada escola discuta seu grêmio, seu conselho, sua APM com base nas respostas dadas ao questionário. Depois, faremos um debate regional nas 91 Diretorias de Ensino; e, por fim, um grande debate estadual aqui na Capital, mais ou menos em junho, para então montar um projeto de lei que trará esses espaços já modernizados, para deixar isso em consulta pública por pelo menos um mês para que todo mundo possa ler, opinar, encaminhar sugestões, críticas e, então, encaminhar o trabalho para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo,

que é quem vota, pois esse é um projeto de lei, para que esses espaços sejam fortalecidos e se tornem protagonistas dos grandes debates da educação.

Não sei se os senhores sabem o tamanho da Secretaria Estadual de Educação. Temos 4 milhões de estudantes, mais de 250 mil professores, mais de 60 mil servidores da educação, 5,5 mil escolas. Mudar a cultura de uma rede tão grande não é algo simples. Temos, sim, professores e diretores autoritários, pessoas formadas em outro momento e que acham que essa é a maneira certa de proceder, embora saibamos que não seja. Então, mudar a visão dessas pessoas não é algo que se faz do dia para a noite, sobretudo numa rede tão grande.

O número que temos hoje é esse: 160 mil questionários já respondidos. Isso dá legitimidade ao processo, permite que façamos um diagnóstico bastante detalhado da percepção da rede. Temos, sim, problemas, como professores e dirigentes que são autoritários, mas o autoritarismo não é um problema dos conservadores. Temos também pessoas que são filiados ao campo progressista das ideias e que são tão autoritárias quanto os nossos conservadores. Então, o autoritarismo não é algo que está na raiz de uma visão de mundo ou de uma posição política.

Nosso trabalho é esse. Ouvi aqui os relatos das escolas que estão tendo problemas. Particpei, no início do ano, da desocupação da Escola Fernão Dias Paes. Houve assembleia, a qual acompanhei. Na ocasião, distribui meu cartão pessoal com meu telefone; eu disse que, qualquer problema, os estudantes poderiam entrar em contato comigo. Não tenho problema nenhum de deixar o meu *e-mail*, o meu contato. Meu papel aqui como representante da Secretaria de Educação é de escutar e de dar encaminhamento adequado a qualquer situação que esteja causando problemas. Estou aqui para escutá-los, para debater esse assunto, e hoje, desde sempre, não sou filiado a partido político, estou aqui como um técnico. Estou aqui para escutar e me colocar à disposição para o que for necessário. Obrigado. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Olha, gente, as inscrições estão abertas, e as pessoas não se inscreveram. Quem for fazer uso da tribuna tem de se inscrever junto à secretaria da Comissão.

Vamos fixar horário, porque o prazo de inscrição é a fala da Mesa. Dependendo da quantidade de inscrições, talvez prorrogemos pelo menos por mais 10 minutos, mas quem quiser se inscrever, fique à vontade.

Chamo para compor a Mesa a representante do Conselho Tutelar, Sra. Lilian.
Passo a palavra à Sra. Lilian.

A SRA. LILIAN – Bom dia, meninada. É como diz a Ermínia, “me encham de orgulho”. Sou Lilian, todo mundo me conhece. Eu e a Ermínia estamos aqui representando o Conselho. Mais uma vez, reitero que o Conselho Tutelar atua na defesa do direito da criança e do adolescente. Reforço isso todos as vezes, porque acabamos atendendo nos quatro cantos de São Paulo. Não sei se há outro conselheiro aqui além de mim e da Ermínia. (Pausa) Não.

Hoje, há uma Resolução do Conanda. Eles justamente mandaram, porque eu e a Ermínia atendemos a zona Oeste, Norte e Sul, e hoje todos os conselhos tutelares têm que atender todos os adolescentes – seja nas ocupações, nas delegacias. Isso já é lei. Então procure o Conselho da sua região, e eles têm de atender sim. Nós queremos só dizer que, quando atendemos um adolescente, nós depois acabamos atendendo a família, e isso é importante todo mundo saber: que o acompanhamento é importante para chamar os pais, para ver o que podemos fazer e a continuidade do atendimento. Então sempre estamos à disposição, vamos continuar defendendo as crianças e os adolescentes.

É isso. Obrigada, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sra. Lílian.

Passo a palavra então ao Vereador Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD – Bom dia.

Queria parabenizar aqui o Presidente desta sessão, o Vereador Reis, a presença também do Vereador Toninho, de ilustres personalidades daqui da Mesa os membros aqui do plenário, que dão vida para essa discussão.

É lamentável que a gente esteja vivendo esse período atual, porque houve muito sacrifício para tentar impulsionar o Brasil para mudanças que atendessem à aspiração da juventude, à aspiração dos trabalhadores e de suas famílias para uma vida melhor, para usufruir dos bens da sociedade, para ser uma vida com dignidade.

Isso veio sendo construído ao longo do tempo, nem começou neste século, isso vem de muito tempo, mas temos uma elite dirigente, uma classe privilegiada no Brasil que é muito egoísta - muito egoísta!

Ela só quer privilégios e bem-estar para essa classe. Ela é insensível à aspiração da juventude, é insensível à aspiração dos trabalhadores de uma vida melhor, é insensível à aspiração de brasileiros que desejariam ajudar a construir uma pátria com mais justiça, com mais liberdade, com mais progresso, ajudasse o Brasil a ser um país mais respeitado no mundo - não para impor o que o Brasil quisesse, mas para nós não sermos manipulados para fazer o que os poderosos do mundo querem que a gente faça.

Então, em 64, a juventude - e eu sou desse tempo – lutava para reformas de base que seriam remover os obstáculos a um desenvolvimento maior do Brasil, que pudesse então atender ao anseio da juventude, dos trabalhadores.

Depois, a elite, não querendo perder seus privilégios, impôs uma ditadura, fechou os grêmios estudantis, fechou a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, fechou a Central de Trabalhadores, a CGT, fechou os sindicatos, fechou o Congresso Nacional - que era composto por membros da sociedade eleitos pelo povo.

Então, quem era do lado deles gostava do Brasil... Quem não era inimigo do Brasil, e aí até começaram a prender, a sumir com aqueles que se opunham àquelas arbitrariedades e àqueles rumos políticos e econômicos que eles determinavam, que impulsionavam o Brasil

para outro rumo.

Bem, muita luta e o povo brasileiro conseguiu se livrar da ditadura e fez uma Constituição. Até então não existia Conselho Tutelar. Desde que Cabral chegou aqui, em 1500, em 1988 foi a primeira vez que o cuidado com o jovem passou a não ser apenas da família, porque era muito fácil falar da mãe ou acusar um casal de ter muito filho. Mesmo que fosse um filho só, com aquele salário mínimo, não ia dar para viver, porque ele era muito baixo; a distribuição de renda no Brasil é muito pequena, fica muito para quem já tem muito e fica pouco para quem tem pouco. Essa é a verdade.

Foi colocado que a responsabilidade com os jovens e com as crianças era da família, da sociedade e do Poder Público, do Estado. Aí começaram a ter também conselheiros eleitos, muitas vezes perseguidos e ameaçados, mas cumprindo uma função democrática. O idoso também passou a ter garantias. Uma pessoa que tem uma mãe, por exemplo, de 90 anos, precisa trabalhar para cuidar dela, porque o salário não dá para contratar alguém. O cuidado do idoso, então, também passou a não ser somente daquela pessoa, mas também do Poder Público, da sociedade e da família.

A Constituição de 1988, portanto, trouxe garantias e progressos sociais, além de outras conquistas na área econômica, etc.

Ao elegermos um governo como o Governo Lula, passamos a enfrentar a política de distribuição de renda, a política de benefícios sociais, a política de soberania do Brasil, que passou a ser respeitado no mundo. Não adianta “fulanizar” o Presidente, dizer que não gosta dele; é necessário analisar o programa aplicado, que passou a conceder reajustes ao salário mínimo acima da inflação, dando alguma dignidade aos aposentados, que acompanhavam esse aumento de salário mínimo. Esse foi um pequeno início de justiça para eles, que pediam esmolas nas esquinas.

Esse é o rumo do Brasil. No entanto, a elite brasileira, liderada pela Fiesp, que usou a figura do pato, juntamente com grandes empresários da mídia, como a Globo e grandes

jornais, fizeram uma campanha para derrubar o governo eleito, e derrubaram. No entanto, eles não queriam apenas usufruir o poder. O Geddel, por exemplo, quer um apartamento num lugar nobre de Salvador. Ele falou que isso era coisa pequena, e todo mundo o defendeu, mas, na verdade, ele fez uma maracutaia. Se fosse no caso da Dilma, ou não tomaria posse como ministro ou teria sido destituído na hora. Como é o Geddel, toda a elite disse que era coisa pequena.

Então, companheiros, existe uma luta dos privilegiados para tirar direitos conquistados por nós. Essa reforma do ensino médio, por exemplo, é um absurdo. Nunca vi coisa igual: não ouviram professores, os conselhos estaduais de educação e os mais interessados, os alunos. Ouviram o Lobão e o Frota. O Ministro da Educação recebeu o Lobão e o Frota. Isso é um escárnio, uma ofensa à inteligência dos brasileiros e não poderia acontecer.

Agora há a PEC do Teto, que será votada no dia 29 de novembro no Senado, que versa sobre o congelamento da Educação. Tudo que houve de melhora é porque envolve dinheiro. Se o professor não pode trabalhar de graça, ele vai viver do quê? O profissional da saúde vai viver do quê? O povo reclama em prol de uma melhora na educação, e eles impõem menos dinheiro para educação. Na saúde, a mesma coisa: impõem menos dinheiro. Direitos dos aposentados, eles querem subtrair.

Eles, então, tomaram o poder para impor um programa antipovo e, para tanto, têm que restringir a democracia e agredir os que defendem o povo. Mais do que isso, estão empobrecendo o Brasil. O que estão fazendo com a Petrobras, dentre outras empresas, facilitando a compra pelo capital estrangeiro e pelas empresas estrangeiras, empobrece o Brasil. É, portanto, uma situação gravíssima.

Hoje sou Vereador pelo PC do B e, em 1968, fiz parte dessa resistência e saíamos às ruas como estudantes. Estou orgulhoso do papel que vocês estão fazendo em defesa não apenas dos jovens, mas do povo brasileiro como um todo, em defesa do Brasil. Mais do que se

defendendo, vocês estão defendendo os interesses de todos os trabalhadores e de toda a sociedade que quer um país melhor. Por isso, o sacrifício que vocês estão fazendo ao ocupar, lutar e protestar é muito importante. Até o dia 25, os trabalhadores também farão um protesto, porque estão querendo modificar a aposentadoria.

Vocês vêm à frente como aquele pessoal que precisa de tudo. Vocês precisam de tudo, porque vocês serão os mais prejudicados com tudo isso. Vocês, portanto, precisam ajudar o povo brasileiro.

Mais uma vez, quero declarar a nossa contrariedade contra a Medida Provisória 746 do Ensino Médio e contra a PEC 55. Vamos nos somar. No dia 25, vai haver manifestações para todos os lados. Vamos nos somar, lutar e vencer. Os inimigos serão vencidos! O povo brasileiro vai vencer! A juventude brasileira vai retomar o caminho do progresso e da esperança por melhores dias.

Parabéns, companheiros! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradeço ao nobre Vereador Jamil Murad as suas palavras.

Vamos ouvir agora o nobre Vereador Toninho Vespoli e, ao mesmo tempo, anunciar a presença do Sr. Eduardo Dias de Souza Ferreira, Promotor de Justiça, da Infância e da Juventude, que está participando da Mesa; e também a Sra. Marina Tambelli, que está presente.

Peço ao nobre Vereador Toninho Vespoli para aguardar um pouco. O Sr. Promotor não pode permanecer na audiência. Peço então que agora proceda à sua fala, por gentileza.

O SR. EDUARDO DIAS DE SOUZA FERREIRA – Primeiro, quero agradecer, parabenizar a vocês, jovens, os organizadores, é por essa razão estamos aqui. Agradecer a Presidência da Mesa, dos trabalhos, e o nobre Vereador Toninho Vespoli por ter cedido a sua vez pra eu falar.

Na verdade, estou aqui neste momento graças a Sra. Rosana, que me mandou

mensagens de texto, mandou a foto do plenário, pois o único comunicado que tínhamos da audiência foi o *wathsapp* dela recebido. Fiz o contato dela pelo art.19, na audiência pública convocada pelo art. 19, para a qual nós fomos. No dia seguinte, o colega de Direitos Humanos, Eduardo Valério, fez a audiência devido o art. 19 no MP, mas foi para oitiva de jornalistas.

Foi então por esse contato - e nós temos um inquérito civil que acompanha a questão das manifestações e os jovens – que houve a possibilidade estar aqui, presente. Foi a partir da mensagem dela que eu resgatei o email. E só ontem às 17h54min é que recebi da Comissão de Educação da Câmara Municipal de São Paulo o chamado pra esta audiência.

Acredito que os colegas do GEDUC, que não receberam a mensagem - e eles têm outras pautas. Procurei por eles agora, nós não nos localizamos, eles devem estar com outra agenda.

Eu mandei resposta para a Comissão pedindo que se observe, pelo menos, o Regimento Interno da Casa, do art. 85 ao art.88, especialmente o art.85 § sexto, que diz que toda audiência pública que envolva criança, adolescente, o CMDCA também tem de ser convidado. Embora o Regimento não fale em prazo, não é crível uma convocação de audiência pública com menos de 72h. É muito complicado porque, às vezes, há descrença nos mecanismos institucionais, que são tão importantes como uma audiência pública, numa Casa de Leis como esta, em que as pessoas são chamadas e não vem.

Então pedi que a Sra. Rosana registrasse, e depois a ata. Quando eu vi, ela me falou: foi uma mensagem enviada. Aí eu resgatei o email. Está aqui à resposta. Vou deixar com o Presidente da Mesa.

Ontem, às 18h15min, sai do meu gabinete pra estar na Escola Superior do Ministério Público, não pude ir à cerimônia de ontem, no aniversário de 25 anos do CMDCA, veio uma representante da Promotoria, uma das funcionárias mais antigas, porque nós tínhamos uma aula, um curso pra ministrar para colegas e para terceiros, que foi convocado no começo do semestre. O ofício do dia 3 de outubro está aqui, das 19h às 22h nós ficamos lá, é

o Regimento da Casa.

Então o que a Promotoria tem a dizer? A gente aguarda o resultado, a ata dessa audiência, solicitamos que a Câmara Municipal de São Paulo a encaminhe à Promotoria, para o Grupo Especial de Educação porque o assunto aqui se refere à questão da perseguição dos alunos pós-manifesto, inclusive por diretores. Também mandem pra gente porque temos o inquérito que acompanha a questão das manifestações em geral.

Lamento, eu tenho como uma falha lamentável de organização, o que talvez tenha impossibilitado de que outras pessoas, com certeza os colegas GEDUC, pudessem estar aqui presentes.

Parabenizo vocês. Não vou poder ficar porque temos uma audiência, das 14h às 18h, para discutir Lei de Adoção. Há um projeto absurdo do Governo Federal mandando que se destitua pátrio poder em 60 dias. Haverá uma audiência, agora à tarde, no Sedes. Também há oitivas a serem feitas, estamos preparando tudo isso.

Lamento não poder ficar aqui, não ter desmarcado pelo menos um atendimento pra ter mais tempo de ficar aqui. Mas como a audiência é para o público, é pra vocês falarem o que vocês estão experimentando, e isso ficará registrado nesta Casa de Leis, espero que possam falar, que isso tudo seja compilado nos serviços da Câmara e encaminhado aos órgãos competentes.

Muito obrigado, desculpem o mau jeito, mas é o que nós temos a falar.

Deixo aqui com o Presidente dos trabalhos o material que mandei, os emails, o convite. Lamento muito que colegas de outras áreas, pelo menos os colegas do Ministério Público, não puderem se fazer presente. Acredito que tenham recebido o convite também com esse pouco tempo. E como é um ato público, uma audiência chamada por esta Casa, sempre esperamos essas formalizações porque é assim que nós atuamos.

Muito obrigado, bom trabalho, sucesso na empreitada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vamos ouvir a Sra. Marina Tambelli.

A SRA. MARINA TAMBELLI – Bom dia. Se não me engano esta audiência é pra apurar as perseguições e as violações que os estudantes estão sofrendo. Acho que o mais importante é a fala deles, que tenham espaço pra poder relatar as perseguições que estão sofrendo. Inclusive tem um aluno aqui que teve seu celular quebrado pela policia, a semana passada, um aluno de 15 anos foi ameaçado de morte.

Por isso, elenquei de maneira genérica alguns dos abusos que chegaram a mim ou pedidos de ajuda durante as ocupações do ano passado e também deste ano porque, como advogada ativista, junto com outros advogados de outros coletivos e movimentos, nós auxiliamos e orientamos os estudantes quanto aos direitos de manifestação.

Primeiro, há uma tentativa de identificação de supostos líderes, apesar de estar claro que o movimento não possui nem líder nem bandeira. Essa identificação é pra processos judiciais, para processos de dano ao patrimônio, esbulho possessório, formação de quadrilha e corrupção de menor. Muitas vezes, os policiais fazem ronda ostensiva na frente das escolas, pedem RG na frente da ocupação a fim de intimidar, pra não dizer, torturar os jovens. Buscam também maiores de idade, apoiadores, professores numa tentativa de enquadramento penal.

Há muitos alunos, apoiadores e professores que sofreram ou estão sofrendo processos judiciais decorrentes de manifestações de estudantes. Tivemos muitos casos de provas plantadas por policiais, agressões físicas e verbais, reintegração de posse em que houve depredação pelos policiais para incriminar alunos. Há muitos estudantes que estão sendo monitorados, com telefones grampeados, e sofrendo ameaças de diretores mesmo durante o ano letivo normal. Também ameaças por parte de policiais, que vão à frente das escolas perguntarem ou inquirirem os alunos quanto a serem de ocupações. Há muitos casos de alunos que pararam de frequentar as escolas por perseguição de diretores, chantagem com notas, ameaças de policiais no entorno da escola. Aliás, muitas escolas passaram a ter aulas de cidadania ministrada por policiais. Essa é uma prática iniciada este ano e que a gente

precisa, a gente quer saber por que, curiosamente, este ano as aulas de cidadania começaram a ser ministradas por policiais?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARINA TAMBELLI – Pois é, faz parte da democracia da Secretaria, não é?

- Palmas.

A SRA. MARINA TAMBELLI – Durante as ocupações vimos muitos casos em que os estudantes foram impedidos de ingressar na escola com água e alimentos, e foi também cortada a luz e a água dos imóveis.

O que é mais assustador, nós tivemos casos de articulação da diretoria com a Secretaria de Ensino com pais de alunos a fim de estimular a contraocupação forçada por meio de violência física e verbal. Ocorreram muitos casos de grupos que entraram nas escolas, depredaram o local a fim de incriminar os alunos. Temos vários relatos de abusos e perseguições, temos provas. É para dizer que os secundaristas podem falar dos abusos que vêm sofrendo!

- Palmas prolongadas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Anuncio a presença do Vereador Paulo Fiorilo, também integrante da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a quem convido a fazer parte da Mesa.

Passo a palavra ao nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia todos. Quero em nome do Che e do Cunha cumprimentar toda à mesa e todos os presentes. Quero deixar claro duas questões: sou vereador, sou político, sou do PSOL e tenho muito orgulho disso. Tenho um lado. Acredito que na sociedade desigual as pessoas têm de ter lado. Outra questão que deixo claro e até como professor da rede da rede municipal não poderia deixar de falar isso Wilson, sempre quando a política publica não funciona por conta do governo, o governo sempre quer colocar culpa no

professor no diretor, nas pessoas que estão lá embaixo. Eu fui formado em uma universidade dos parâmetros que o MEC conduz, e se o Estado acha que os professores não estão bem formado cabe aos Estados a formação continuada aos profissionais passa a ser responsabilidade do Estado se é que o Estado tem responsabilidade com os estudantes. Tirando esse preâmbulo acredito que algumas coisas temos de deixar bem claro aqui. Porque hoje estamos falando da opressão e violência que os estudantes e os professores sofreram. Mas a discussão principal que tínhamos de fazer que o Estado deveria fazer é assim: porque das ocupações? Porque não discutir a qualidade de ensino? Porque não discutir o número de quantidade dos alunos em sala de aula? Porque não discutir a estrutura das escolas? Eu visitei várias escolas ocupadas. E falo para você pega no Gavião, por exemplo, na zona Noroeste e os estudantes iam lá mostrar para gente a escola fazia meio que um tour ali na escola, eu convido V. Exa. para ir comigo, caso queira. Se for ao Gavião, por exemplo, vai chegar lá e vai ver que tem sala que não tem uma cadeira. E você pergunta para o estudante por que. Porque quando chove, chove mais dentro da sala de aula do que fora. Você vai ver, por exemplo, tirei fotos, inclusive, acho que tenho em meu gabinete, pilhas de livros já no final do ano sem ser utilizado e aí quero saber porque qual o cálculo que a Secretaria faz desses livros, ou será que quando faz contratos, como é isso? Porque se compra tantos livros a mais, que muitas vezes? Não tem uma discussão com a direção escolar com do plano político pedagógico que ela vai desenvolver, e se precisa daqueles livros ou não, ou simplesmente são contratos para comprar livros. Quem ganha com isso? Editoras, como que é isso? Uma das questões centrais que aconteceram nas ocupações centrais, não tem como o Governo fazer sua intervenção, ou sua culpa, se é que existe culpa, a falta de diálogo. Isso eu conversei inclusive com algumas pessoas da Secretaria. Quando houve as primeiras ocupações, porque não discutir com o movimento se preferiu fazer o quê? Não de ferro. Como assim? Um bando de estudantes vão falar para nós secretários ou gente da administração o que deve se fazer? Aí a pergunta. A gente aqui entra nas Secretarias, quem são eleitos vereador, deputado, está para que? Para

servir o povo? Que democracia é essa que estamos discutindo estabelecendo? Parece que as pessoas que são eleitas são donas do Estado e o povo, é o povo que não tem nada que optar sobre o que está acontecendo. E o que é pior. Além da falta de diálogo vai lá e coloca policia para tratar da questão com jovens e estudantes, e ai não estamos falando de qualquer policia. Estamos falando da PM, da Policia Brasileira. É só perguntar aqui para os estudantes a formação dessas policias. Eu acho que eles vão falar isso daqui. Ou seja, quando o policial encontra um estudante branco e um negro, qual a diferenciação disso? Se isso acontece todas às vezes é porque nós temos um racismo na institucionalizado, inclusive na PM. É porque eles enxergam para o povo, é o inimigo que tem de proteger o Estado. Falo isso, porque cotidianamente, não é mensalmente, nosso mandato recebe denúncias de abuso de policial. As pessoas que estão no Estado, são concursadas, são agentes do Estado, não deveriam ser as primeiras a seguir as leis? Porque elas têm de passar por cima das leis? E porque isso não é visto pelo governo. O que é pior. O Eduardo Dias esteve já compondo a Secretaria de Segurança, foi a época em que eles fizeram enfrentamento lá, quando tinha embate do policial com o setor da sociedade que muitas vezes uma pessoa saia ferida, os policiais, antes pegava e colocava a pessoa no camburão e levava para o hospital. E depois o Eduardo Dias e o pessoal fez uma briga interna lá dentro para não fazer mais isso, para ser socorrido, agora só com ambulância. Porque depois que foi socorrido com ambulância as mortes diminuíram na hora de chegar lá no hospital. Você tem um monte de elementos para falar que hoje nem a Secretaria de Segurança, nem o Secretário às vezes consegue dar direcionamento a essa corporação. Eu falo isso com todas as palavras, porque em uma dessas denúncias eu tinha de conversar com o batalhão na região de Sapopemba, eu estava com o Ivan Valente, o Secretário ligou para o Batalhão e eles falaram que ia me receber, quando eu fui lá eles não me receberam. Porque nem o Secretário, depende quem é o Secretário, eles vão lá e obedece as ordens do Secretário. Então temos uma corporação que vem da Ditadura, que já não tem mais nem mais esse controle sobre isso. Não vou me alongar mais, porque quero ouvir os

estudantes. Então é por isso que defendo fortemente o fim dessa instituição. Temos de desmilitarizar a Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Agradeço ao nobre Vereador Toninho Vespoli pela fala. Agradecer o Jornalista Luiz Nacif, que também tem de se retirar, por conta do horário. Dizer que os estudantes estão certíssimos. Temos de desmilitarizar a Polícia Militar e que isso será tarefa para vocês. Porque os governantes que estão não farão.

Quero determinar a Secretaria da Comissão de Educação que responda ao Sr. Promotor de Justiça, que esteve aqui para reclamar do convite que chegou atrasado. Que o prazo de 72 horas se deve a quando se tratar de projetos de lei, que não é o caso dessa audiência pública e que os convites foram feitos a pedido do comitê que requereu a audiência pública. a medida que eles foram passando as pessoas que deveriam ser convidadas, a comissão fez o convite, que pese, que realmente, que até ontem estávamos assinando convites, mas esse foi o procedimento. A reclamação do Promotor não diz respeito a esse modelo de audiência porque não estamos discutindo projetos de lei.

Passo então a palavra ao Vereador Paulo Fiorilo, o último integrante da Mesa que vai fazer sua fala, e depois ao plenário.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, vou abrir mão da minha fala para ouvir. O bom senso diz que a audiência pública é para ouvir o público.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Parabéns, Vereador. Tem a palavra o primeiro inscrito, Sr. Luiz Braga, do Comitê de Mães e Pais em Luta.

O SR. LUIZ BRAGA – Bom dia, meu nome é Luiz Braga, sou do Comitê de Mães e Pais em Luta, não é a primeira vez que encontro o Sr. Levy, sempre o representante da Secretaria, o álibi para dizer que a Secretaria é democrática, etc.

Acontece que vazou um áudio do então Chefe de Gabinete da Secretaria no mandato anterior e que como sempre caiu para o alto. E nesse áudio ele fala que a Secretaria tem de fazer uma guerra contra os estudantes e quebrar, deslegitimar, desqualificar os

estudantes.

Obviamente não é uma guerra de armas, porque armas a PM faz muito bem. O espantoso desse áudio é que nesse dia estavam presentes na Secretaria uns 40, 50 superintendentes e diretores de ensino da Capital e do Interior e ninguém se contrapôs à fala dele. Ele é um burocrata e fala as bobagens e vai falar bobagens em outra Secretaria, não tem vínculo, compromisso nenhum com a Educação, mas 50, 60 diretores de ensino escutam um fulano falar que é para se fazer uma guerra contra os estudantes de 14, 15 anos e não se contrapõem. Pelo contrário, escutamos no áudio vazado certa aprovação desses superintendentes.

Então essa estrutura da Educação, caiu um Secretário que foi incompetente porque permitiu que as ocupações acontecessem. Foi posto outro Secretário que chamam de professor e não tem nada de professor. É alguém que vem da estrutura do Direito, Desembargador, ex-Presidente do Tribunal de Justiça, e a partir do momento que assumiu, para reintegração não precisa mais de mandado. Essa foi uma conquista dele para essa situação da Secretaria.

E é difícil levantar essa coisa de perseguição, mas temos índices e a Secretaria gosta muito de índices: as retensões, reprovações de escolas que boicotaram o Saesp são estupidamente maiores do que quando não havia boicote do Saesp. Esse é um desafio que faço à Secretaria para levantar, quando havia Saesp o índice de reprovação era 5% e com o boicote do Saesp há escolas com 200, 300 alunos reprovados. Isso indica que alguns professores - com a conivência da Secretaria de Educação - estão reprovando alunos por vingança.

Isso é uma coisa gravíssima. Um professor ou diretor de ensino que permite isso não deveria só ter o registro cassado, deveria ser preso. Está envenenando a juventude que já não acredita mais no Estado porque é achincalhada todo dia pela Polícia. Há casos em que o policial bate, pega celular, devolve quando quer, mas o professor que deveria ser um

representante do Estado de Direito se vingando do estudante porque este lhe retirou o bônus do Saresp.

E vocês da Secretaria têm condições de avaliar isso estatisticamente. Não é uma fala que se está fazendo. Então o desafio que faço é esse, a Educação de São Paulo não é ruim por acaso. A Educação é ruim por um projeto, esse Secretário da Educação diz que as famílias de quem tem filho na escola são mimadas. Ele escreveu isso e pôs no site. E que a Educação não deveria ser obrigação do Estado. Um Secretário da Educação dizer isso é um absurdo. Se fosse um Secretário da Justiça seria só um cretino. Esse não é um cretino, mas um projeto de Estado para acabar com a Educação Pública em São Paulo.

E o senhor é conivente com isso, porque o senhor defende que esta Administração é melhor do que a passada. É uma Administração que quer que os ganhos sejam democráticos, autônomos, etc., uma balela.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sr. Luiz Braga. Tem a palavra a estudante secundarista Ana Beatriz Mendes.

A SRA. ANA BEATRIZ MENDES – Bom dia, sou Ana Beatriz, estudante secundarista autônoma de Brasília. Primeiro, quero mostrar minha gratidão por estar no meio de vocês, por ser tão bem acolhida e parabenizar vocês por essa luta.

Felizmente ou infelizmente nunca participei de uma perseguição como a que ocorre aqui. Quer dizer que é uma baita covardia e hipocrisia do sistema tornar isso algo invisível lá dentro. Infelizmente ele foi embora, mas falou que não sabe das denúncias feitas pelos estudantes. Queria saber em que mundo ele vive, no que ele vive e o que ele faz, porque não está vendo a denúncia na cara dele.

As denúncias vêm de todos os lados. Ouvi muitos depoimentos de alunos que sofreram agressões físicas, morais, muitas perseguições por serem mulheres, negros, periféricos, por serem estudantes ativistas que lutam pelos direitos.

Quero lembrar às autoridades presentes o Art. 277, da Constituição de 88, que diz ser a criança e o adolescente responsabilidade do Estado, da família e da sociedade. E vocês como compõem uma parte da sociedade e do Estado, queria saber se lembram dessa parte no momento em que acontecem essas repressões e perseguições, da agressão a esses jovens que lutam por uma mudança necessária e por um direito previsto na Constituição. E a Polícia Militar, da qual defendo o fim, é inconstitucional em todos os momentos.

Quero fazer uma pergunta ao Levy: em que mundo você vive? Em que escola você foi, porque essa escola é uma fantasia. Você deve ter ido numa escola particular. No Distrito Federal as salas de aula têm 47 alunos e não temos um ventilador. Quando a escola é depredada sabe o que eles fazem? Fecham os olhos. E acredito que não é só na minha Cidade, na de vocês também. Isso ocorre em todo o Brasil e vocês fecham os olhos.

- Manifestação na plateia. (Aplausos)

A SRA. ANA BEATRIZ MENDES - E isso é uma PEC. O Art. 241 fala que a nossa Educação e nossa Saúde precisam de gastos. Falem como uma população, já que vocês se importam tanto com números, como o PIB do Brasil vai crescer numa sociedade que não tem expectativa de vida e Educação. Mostrem como isso acontece.

Outra, quero ressaltar que nessa PEC não é gasto. É investimento que vocês estão fazendo. Um direito nosso constitucional que vocês estão retirando. É uma baita covardia que vocês estão fazendo.

Mais uma pergunta do companheiro Crish, do Rio de Janeiro: qual seu entendimento ou concepção sobre gestão democrática numa escola e onde viu isso, porque em sua fala mostrou total ignorância em relação a isso.

Ao Vereador, esqueci o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vereador Reis.

A SRA. ANA BEATRIZ MENDES – Ele mesmo. Deu uma aula de história aqui para a gente, mas quero saber se ele lembra a última vez que o movimento estudantil foi

criminalizado, Ditadura Militar.

E eu queria falar que a gente, por pura ignorância, tinha uma questão de achar que a ditadura estava começando; mas ela já começou há muito tempo. Eu vi colegas meus de luta, de São Paulo, serem agredidos, terem o seu bem-estar físico e mental agredidos por vocês. Isso é uma ignorância, porque vocês têm responsabilidade sobre a gente, sim. A gente já estudou, a gente tem voz e direitos e vamos mostrar a nossa indignação em relação à PEC que querem descer garganta abaixo. Mas não vão fazer descer, porque a luta está só começando. (Palmas)

Queria agradecer a vocês pelo momento de fala. Queria poder falar mais, mas acho que iria cair um pouco o meu nível, e eu não quero me igualar a muita gente aqui nesta sala.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Rocha, jornalista.

O SR. MARCELO ROCHA – Bom dia a todos. Queria cumprimentar a Mesa, os Vereadores, estudantes, procurador, todos os outros que estão aqui, o Conselho Tutelar.

Primeiramente, gostaria de falar a respeito desse projeto de gestão democrática.

Eu entrei no site da Secretaria da Educação há algumas semanas e vi que o projeto está lá na Secretaria para preencher o questionário, mas eu gostaria de saber se isso tem chegado às escolas. Não tem chegado. Em muitas escolas a gente tem estudantes de diversos municípios. Eu, por exemplo, não sou da cidade de São Paulo, Mauá, no ABC paulista, e, se chegou, chegou a algumas escolas que vocês querem mostrar na mídia, porque não chegou à periferia, não chegou à cidade de Mauá. E isso em relação aos estudantes, claro, porque chegou aos professores. Acredito que 160 mil que responderam o questionário são, na maior parte, de pessoas da Secretaria de Educação, professores e gestores que estão sendo cooptados a responder como se estivesse tudo perfeito dentro das escolas. Houve denúncia de diversos professores de que as direções os procuraram para que eles respondessem o questionário falando que estava tudo certo, que a PM funcionava, que o conselho funcionava. Claro que você vai negar, você sempre vai querer mostrar que a Secretaria está certa, mas a realidade a gente vê na educação do dia a dia, a gente vê em cada escola, e isso, qualquer um visitando uma escola pública, pode ver. Não precisamos de muita coisa para ver isso.

A segunda coisa que podemos ver é a constante perseguição a cada estudante. E sobre isso eu queria ler um pequeno trecho: “Na última sexta-feira a Escola Kolping foi

ocupada por alguns estudantes em São Paulo, e, pela lei da autotutela, foram retirados os estudantes de lá.” E quando eu fui, como jornalista, até o comandante da operação para falar a respeito da presença do Conselho Tutelar, foi isso que ele respondeu:

- Orador exhibe trecho de áudio em gravador.

O SR. MARCELO ROCHA – Fui perguntar a respeito do Conselho Tutelar, ou da presença de alguém que pudesse ir junto com os menores, situação em que mais uma vez o Estado se mostra racista, já que pegou os três estudantes negros que estavam saindo das escolas. Saíram mais de 30 estudantes daquela escola, e pegaram os três primeiros estudantes negros e os levou para averiguação. E começam com perguntas: “Onde estão as armas?” Perguntaram para estudantes de 13 a 14 anos que estavam ocupando a escola onde estavam as armas, como se esses três estudantes fossem combater com os 50 policiais. Até escrevi uma matéria sobre isso. Esse é o celular de um dos estudantes, que a Polícia Militar quebrou.

A gente vê que isso não para, só vão aumentando as perseguições. Eu mesmo fui vítima de uma dessas perseguições no Centro Paula Souza, que não mandou nenhum dos representantes aqui. A Sra. Laura Laganá nunca comparece quando é chamada. (Palmas) A senhora Laura Laganá sempre se nega ao diálogo. O Centro Paula Souza não envia representantes. E assim como a Secretaria de Educação manda, não houve... e disse que está tudo certo, como o próprio Levi falou agora, enquanto fazia umas considerações, balançando a cabeça, como se fosse mentira o que eu estivesse falando, como se os estudantes não tivessem essa audiência pública se as escolas estivessem normais. Lá no CPS, quando teve a reintegração de posse pela Polícia Militar, junto com Alexandre de Moraes, que hoje é Ministro da Justiça e desse governo, que para mim é interino, que ainda não foi eleito e que não vai ser eleito, porque ninguém elege um projeto desse, ninguém elege um projeto que coloca uma MP para reformar o ensino dessa forma, ninguém elege um projeto que quer empurrar essa PEC 55.

Então, quando tudo aconteceu, estávamos sentados em roda, e chega o Comandante da Operação e fala: “Pega os dois pretos aqui primeiro”. Quem estava lá viu que isso aconteceu. E fomos arrastados pelo Centro Paula Souza, como a maioria pôde ver.

E, novamente, respeito muito o trabalho do Nassif, mas isso vem sido retratado. É impossível esconder o que acontece. Os estudantes retratam através de rede social, através da imprensa, mas a sociedade tem se calado, não tem escutado os estudantes. Essa audiência

pública era para estar lotada, não era para ser nesse plenário, era para ser num plenário para cinco mil, dez mil pessoas, e olha quantas pessoas tem aqui. E isso porque o estado tem abandonado a educação, a sociedade tem abandonado a educação, e o reflexo disso é o que a gente vê diariamente acontecendo, o reflexo disso é a perseguição a secundaristas.

Acabei de receber fotos dos estudantes de São José dos Campos, da Escola Estadual Matarazzo, que foram totalmente arrastados agora. Eles estavam ocupando as escolas, e a Polícia Militar está arrastando os estudantes com mata-leão. As fotos estão aqui, os estudantes aqui, e os estudantes arrastando com mata-leão. Garotas de 14-15 anos sendo arrastadas. Não tem como esconder. A questão é: onde a educação vai parar?

Para finalizar, queria ler um trecho de uma canção do Gonzaguinha, que eu acho que reflete muito. Eu não sou mais secundarista, mas acredito muito nessa juventude, acredito muito em quem tem feito essa luta. E um trecho diz: “Eu vou à luta com essa juventude, que não corre da raia a troco de nada. Eu vou no bloco dessa mocidade, que não está na saudade e constrói a manhã desejada”. E cada um deles vem construindo o amanhã que eles desejam, e amanhã é um amanhã com educação, é uma amanhã com saúde, é um amanhã onde eles podem ter livre pensamento, é um amanhã onde escola sem partido não vai silenciar.

É isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Passos, da Escola Estadual Maria José.

A SRA. PASSOS – Bom dia. Todas nós lutamos.

Marcelo, foda.

Sei lá, eu acho que a gente está falando de educação, mano. A gente está aqui hoje numa audiência pública que, na minha opinião, tinha que ter sido na rua, tá ligado. A gente está falando de educação pública, especialmente sobre arbitrariedade, repressão.

Eu queria saber por que a gente é tratado como criminoso? Por que esses dias eu cheguei na minha casa e a fechadura estava desparafusada. O trinco da minha porta estava desparafusado. Eu estou lutando por educação pública, não só por mim, é por muitas outras pessoas, por todo mundo que está aqui. Eu queria saber por que eu sou tratada como criminosa. Por que, quando eu saio de casa, tem sempre uma escolta de PM atrás, em volta.

A gente foi organizar um seminário na minha escola, semana passada. A gente começou a colar uns cartazes pelo corredor, e a vice-diretora chamou a polícia. Eles entraram dentro da escola achando que a gente ia ocupar. E ficaram de informação, sabe, como se

fossem intimidar a gente. A gente continua a colar os cartazes pelo corredor. A diretoria chamou a polícia, eles entraram na escola achando que a gente iria ocupar e ficaram de informação, como se fossem intimidar a gente. A gente continuou colando os cartazes. Aí, subimos os corredores e algumas salas começaram a gritar: “ocupa, ocupa”. A gente não ia ocupar, só queríamos que gerasse algum debate a reforma do ensino médio na escola.

Eu queria saber por que os secundaristas são intimidados dessa forma. E a gente, realmente, começa a questionar se a luta vale a pena. Será que não estou exagerando? Será que não é hora de parar? Só tenho 16 anos, por que sou tratada como criminosa? Eu não sou. Estou lutando pela educação pública. Estou fazendo essa pergunta há várias semanas depois que isso aconteceu na minha casa e estou realmente começando a me questionar se a minha luta vale a pena.

Eu quis vir aqui hoje porque estamos passando por isso e o psicológico está muito abalado, a estrutura toda está acabando. Eu só tenho 16 anos, queria lembrar isso.

Tem uma frase de uma amiga minha: “Eu só vejo homens burocratas.” Eu só vejo homens burocratas, mas eu quero estar na rua falando de educação pública.

É só isso. Queria deixar claro que estamos aqui para sabotar o Estado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Sra. Ermínia Alonso, conselheira tutelar da Lapa.

A SRA. ERMÍNIA ALONSO – Bom dia. Só queria falar o Devidas, da Educação, que a primeira reforma que você tem de fazer nas escolas são os diretores porque temos escolas em que a diretora além de ser diretora, ela é zeladora, ela anda com um monte de chaves e aí vai no almoxarifado e tem vídeo jogado no chão, livro jogado no chão. As crianças não podem fazer nada, são criminalizadas, são terroristas e o conselho tutelar vai lá ainda e também é escorraçado da escola.

Para eles hoje é muito fácil, o aluno deu problema, ele põe na transferência compulsória. Eles não são problemas, eles são a solução do nosso País.

Rapaziada, eu ando com vocês. Aonde vocês forem, eu estou junto porque eles são presos, como estavam no DEIC três garotos, adolescentes – a gente não fala menor

porque menor a gente falava na época da ditadura e vocês não menores, vocês são jovens, adolescentes. Eles foram presos e conseguimos entrar no DEIC por causa do Suplicy, chega lá, tem bomba de gás lacrimogênio, que é do DEIC, da Polícia Militar dentro da mochila dos meninos.

Então, você tem só 16 anos e eu tenho 63. Enquanto eu viver e eu puder, ninguém vai criminalizar essa rapaziada. (Palmas)

Nós temos que pensar a educação, mas a gente tem que ir mais longe porque eleição tem que ser (ininteligível) para todo mundo. Deputado e Senador não têm que serem vitalícios e se um da quadrilha é Deputado ou Senador o resto não tem que ser ninguém. Eu não tenho que ter Mário Covas, Vice-Prefeito; Covas, Deputado; Covas, Senador e assim. O Covas eu falei como exemplo porque o Brasil inteiro, a gente vive nas nossas famílias e é isso que a gente tem de fazer: acabar com tudo isso. Eles não vão nos vencer. A educação vai vencer porque nós tomamos partido, sim, da educação.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Pelo fim das dinastias, porque nós vivemos nas dinastias em que o poder passa de pai para filho. Tem a palavra a Sra. Aline Sasahara.

A SRA. ALINE SASAHARA – Minha fala é rápido até porque fui muito bem representada já pelas falas anteriores, mas essa audiência foi chamada para tratar das arbitrariedades das violações dos direitos dos estudantes. Então, realmente, é espantoso o representante de o estado vir aqui só para fazer propaganda de um suposto projeto de democratização. Hoje a resposta do estado que está acontecendo. O que é que a gente vê? A Diretora estava falando sobre o acúmulo de função da diretora e alguém falou que ela era a carcereira. E as escolas de fato parecem prisões. Você vai na escola é grade para todos os lados. Na escola próxima a minha casa a única área livre com verde está trancada porque os meninos podem fumar lá, ou pular o muro. Por que alguém vai querer pular o muro da escola durante a aula? Porque deve ser um saco a escola.

Então, de fato, a direção é sobrecarregada, completamente sobrecarregada, lida

mais com burocracia do que com os próprios estudantes e a escola está virando uma prisão e a polícia está tratando dos assuntos que são pedagógicos. Essa é a resposta que o senhor tinha que dizer aqui. Como é que tem roubo escolar dentro da escola? Polícia é reprimindo e intimidando estudante na porta da escola. Isso não é um caso de polícia, isso é um caso de educação, é uma questão pedagógica, não é uma questão de polícia. Então essa é a primeira resposta que o senhor devia dar aqui. Em relação a esse projeto. Eu sou do conselho de escola do meu bairro e eu não tenho filho lá, sou da comunidade e a partir da luta que esses estudantes fizeram eu olhei para escola. Tem uma escola pública na esquina da minha rua e nunca entrei lá. E aí a gente começou a apoiar esses estudantes e assim eu conheci a escola e descobri que eu podia fazer parte do conselho de escola, da APM e a gente montou um comitê do bairro e entramos na escola. A gente não consegue fazer uma reunião porque a diretora está sempre ocupada. Ela nos apoiou tanto que agora entrou um interventor lá, trocaram a Vice, que era uma pessoa que..., e entrou uma pessoa que lida com as famílias que já quase não vão na escola porque quando elas vão é porque o filho deu problema, nunca ninguém chama pai e mãe para conversar e quando chama é “oi pai, oi mãe”, ninguém tem nome. Ninguém tem vontade de ir para a escola.

Ele liga agora para os pais para dizer que os filhos...lógico que estavam nas ocupações estão sendo chamados a depor e porque a sua filha, seu filho, desqualificando, chamando de vagabundo, falando de drogas, ou seja, horrorizando as famílias. As famílias que já não vão à escola, não vão mesmo. E ainda vão agora brigar com os filhos e vão punir os filhos dentro da própria casa por um Vice Diretor fazer isso. Então vão vendo aí. Tem muita coisa para olhar dentro da escola e eu estou nessa escola, sou do conselho, e eu quis saber desse projeto numa reunião que teve da rede escola pública e universidade e eu não soube disso. Ninguém na escola sabe disso. Eu soube pelos estudantes que eles foram chamados a conversar lá. A direção escolheu a dedo quem ia e eles não sabiam nem porque estavam indo lá. Então, não dá para fazer propaganda disso. Se for fazer propaganda, é isso mesmo, tem

que ir para a rua, todo mundo tem que saber que isso está acontecendo, que todo mundo tem que ter voz. Como é que é isso? Como é que a gente está num auditório tão pequeno, com tão pouca gente? Porque as pessoas não são informadas e isso é papel de vocês sim. Se vocês querem dizer que estão sendo democráticos, comecem levantando a voz e contando pra todo mundo: “a gente vai fazer a crítica, a escola está um lixo, a Polícia Militar está fazendo um papel que não é dela, aliás, ela não deveria existir”. A gente quer que vocês participem, a voz é de vocês, mas não fazem isso. Vocês reprimem na cara dura.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Sra. Rosemeire Segurato, do Comitê.

A SRA. ROSEMEIRE – Bom dia a todas e a todos.

A primeira coisa que eu queria falar sobre o Comitê de Pais e Mães em Luta é que foi criado durante as ocupações no ano passado.

Algumas pessoas da mesa pediram informações do que nós temos feito em termos de denúncia em relação à brutal repressão policial que os estudantes estão vivendo: primeiro, tem denúncia no Ministério público de São Paulo; segundo, o Comitê organizou uma viagem em abril para Washington com representação dos estudantes secundaristas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, neste momento, os estudantes foram ouvidos e uma mãe representou o Comitê, há um link no youtube, que posso passar aos senhores, sobre essa audiência; fui representação no Governo do Estado e uma das conselheiras a Dra. Margareth fala como representante que é Promotor na cidade de São Paulo. “Será que não dava para primeiro ouvirem esses jovens e, depois, começarem a reprimir? Então, uma das conselheiras fala isso, e há um áudio da audiência em que podem ver a vergonha como o Governo do Estado diz que não há representação, diz que há diálogo constante, e, podemos ver imagens feitas pelos grandes meios, não são nem imagens nossas, que mostram essa repressão.

Pois bem, terceiro dossiê que fizemos: representantes dessa mesma comissão estiveram em setembro em São Paulo para ouvir delações de direitos humanos e da juventude

em geral, não só em relação a estudantes secundaristas, fizeram uma reunião no Artigo 19, uma organização não governamental que trabalha isso, e nós entregamos, novamente, um dossiê para esses conselheiros, onde constam as repressões que foram feitas nas ocupações em São Paulo nas ETCs, durante o período de abril e maio.

Curiosamente, estávamos numa fase de transição do então Secretário de Segurança Pública, que hoje é ministro do governo golpista e fascista, esteve na escola, autorizou a invasão do Batalhão de Choque que ficou por 12 horas apossando os estudantes – temos tudo isso documentado.

Eu gostaria de saber, Sr. Levi, se nós poderíamos mandar isso para o senhor também, porque talvez não conheça.

É muito estranho, pois quem vive nesta Cidade e lê, pelo menos, os grandes jornais deveria estar sabendo disso.

As duas últimas coisas que eu gostaria de dizer é que, talvez, a gestão mais democrática que esse governo poderia fazer é deixar que os estudantes se organizem autonomamente, e não vir com um estatuto pronto.

Fui estudante secundarista – e, na minha época, era centro cívico – e o nosso sonho era a construção dos grêmios livres. Eles estão aí e deram um exemplo de cidadania para nós. Têm muita capacidade.

Talvez, a Secretaria pudesse entrar em contato com a Secretaria de Segurança Pública e pedir para parar de bater e perseguir os nossos estudantes e cuidar, de fato, da educação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sra. Rosemeire.

Declaro que estão encerradas as inscrições em face do tempo desta audiência.

O Vereador Toninho Vespoli pede que seja lembrado que a comissão de Educação da Câmara pediu, na época, audiência com o Sr. Secretário de Educação anterior, foi tão ruim

que não me lembro do nome, parece que é Herman, mas não fomos atendidos. Tentamos várias vezes ter uma audiência com o Sr. Secretário, mas ele se recusou a receber os Vereadores desta Câmara Municipal, aliás, pediu que um assessor nos recebesse. Lembro-me que ele mandou uma resposta pedindo que um assessor falasse com os Vereadores.

A próxima inscrita é a Sra. Ana Paula Corti, da Rede Escola Pública e Universidade.

A SRA. ANA PAULA CORTI – Bom dia.

Eu componho uma rede chamada Rede Escola Pública e Universidade, uma rede que tem professores e pesquisadores da USP, Unicamp, Universidade Federal de São Carlos, Unifesp e do Instituto Federal, onde dou aula.

A ideia dessa rede é articular pesquisadores das Universidades que fazem pesquisa na área de educação e com escola pública, buscando uma aproximação com essas escolas. Então, os estudos da Universidade também tem uma articulação mais próxima com essas escolas, e uma possibilidade é abrir o diálogo, também, com a Secretaria da Educação, no sentido de a Secretaria ouvir, também, que o conhecimento da Universidade tem a oferecer na elaboração das políticas educacionais.

Essa rede surgiu neste ano muito motivada pelo processo de resistência das ocupações do ano passado – a gente achou que a Universidade tinha um papel, por isso a criação dessa rede.

A partir disso, começamos a promover alguns estudos técnicos. Tivemos um pouco de dificuldade para obter alguns dados, depois, conseguimos, conseguimos um diálogo com o Levi nesse sentido, e acho que é importante reforçar que nos estudos que estamos elaborando não é a primeira vez que se propõe uma reorganização na rede pública estadual, a primeira vez aconteceu em 96, e há dados de quais foram os impactos extremamente negativos dessa reestruturação, isso está documentado e há produção de conhecimento sobre isso.

Começamos, então, a fazer um novo estudo, no cenário atual, e detectamos que, a

partir de 2014, vem havendo, sim, um processo de reorganização, que temos chamado de reorganização silenciosa.

Esse processo foi formalizado no final de 2015 pela Secretaria, com a apresentação para a sociedade de um projeto que já vem acontecendo na rede estadual desde 2014, é o que os dados que temos têm revelado.

Isso tem significado, sim: fechamento de turmas é bem intensificado a partir de 2014 e superlotação das salas de aula. Isso pra dizer que todo o processo de mobilização dos secundaristas desde 2015 até agora tem base do ponto de vista de que essa reorganização afeta, de fato, a qualidade do ensino.

É isso que a gente tem percebido analisando as políticas educacionais. Então, nesse sentido, é uma mobilização justa, legítima, por parte dos usuários e das comunidades que são atendidas por esses serviços educacionais.

Resistir ao processo de precarização da sua própria educação me parece completamente razoável, defensável e aceitável.

Eu queria reforçar que em dois eventos que a rede organizou esse ano, um em abril, com a participação do Levy, entre outras pessoas e outro, agora em outubro, também tivemos nesses eventos um conjunto de denúncias de repressão, de violência extremamente pesadas, extremamente chocantes e que são em vários níveis.

Elas são secundaristas, mas a gente tem relatos de perseguição também com os professores, que de alguma maneira se envolvem com essa movimentação. Então, a gente queria só reforçar que a rede está acompanhando esse processo, a gente vai continuar querendo levantar informações sobre o modo como essas políticas têm afetado as escolas e os estudantes.

A gente acha fundamental garantir o direito dessas escolas de participarem dessas políticas e a resistirem ao processo de precarização à qualidade da sua escola e também para dizer mais pessoalmente, como professora do Instituto Federal, que também foi ocupado pelos seus secundaristas, a reitoria. Tem aqui, inclusive, uma estudante de lá. A mãe do comitê começou dizendo que considera que todos são seus filhos. E nós, professores, consideramos que todos são nossos estudantes. E nós vamos defendê-los da polícia e de qualquer

autoridade policial arbitrária, que coloque o direito deles em risco.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Márcia, do Comitê de Mães e Pais em Luta.

A SRA. MÁRCIA – Bom dia a todas e todos.

Bom, eu queria sugerir primeiro para o Sr. Levy que ele desça do pedestal e volte para a escola pública, lógico, porque ele tem um conhecimento sobre a democracia muito pequeno e precisa ampliar o conceito sobre democracia que ele pratica. (Palmas)

É a primeira coisa que tenho para falar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MÁRCIA BALADIS – Ah. Não ouviu? Então, vou repetir. Eu sugiro que o Sr. Levy desça do pedestal e vá para o banco da escola pública para ampliar o seu conhecimento sobre o conceito da democracia que ele acha que sabe, mas não sabe. Ele já provou para a gente aqui que não sabe exatamente o que é democracia. Ou ele acha que a democracia é aquilo que contaram para ele. Ano passado a Secretaria de Educação tem um show de democracia, não preciso nem falar aqui. Já fui apresentada por outra sala sobre o vazamento do áudio da Secretaria. Então, não preciso nem falar sobre isso.

Bom, eu sou Márcia, do Comitê de Mães e Pais em Luta. Sou mãe da Otilia, que ocupou a Fernão Dias e estou apoiando essa ocupação desde o momento que a Otilia chegou em casa e falou: “Mãe, nós vamos ocupar a escola”. E no dia seguinte revolucionou o movimento estudantil e mudou os rumos da política até este momento.

Desde que começou esse movimento não tive mais sossego, na realidade, porque já sou do movimento social, já sou da Luta, já sou do movimento feminista, do movimento LGBT e antiprobicionista. Mas esse movimento tira o meu sono, porque o Comitê foi formado na rua, lá em frente o Fernão, quando o Fernão estava ocupado e cercado há quatro dias pela PM, que não deixava entrar nem comida dentro da escola em alguns momentos. Foi lá que fizemos o Comitê de Mães e Pais em Luta. Desde esse momento já não tive mais sossego e acredito que as outras mães e pais também não.

Temos um grupo no WhastApp que, quando tem alguma escola ocupada ou tem algum ato que seja relevante para os estudantes a gente fica numa loucura acompanhando pelo WhatsApp. Quando a gente não está no ato a gente está acompanhando pela internet ou pelo WhatsApp todas as violações que ocorrem. Quando há detenções a gente faz uma

correria para ir a delegacias, quer dizer, isso é muito desgastante, mas ao mesmo tempo eleva muito aquilo que a gente faz.

Fui detida junto com a minha filha na Rua 25 de Março. Vi o policial pegando vários estudantes e jogando-os assim no canto para serem detidos. E quando ele estava pegando a minha filha eu fui lá e questionei e falei que era para ele largá-la. Ele falou assim: “Não, ela está sendo detida.” Eu falei: “Não, mas ela é minha filha. Eu vou levá-la.” Ele: “Não, se a senhora continuar aqui, a senhora também vai ser detida.” Eu falei: “Então, eu estou detida também.” E fui detida porque não confio na PM, sou vítima de violência policial, já fui atingida por uma bomba de efeito moral. Eu sei o quanto essa bomba machuca, essa arma menos letal. Então, a polícia usa armas e não sabem nem os limites dessas armas. Não atendem nem os limites do fabricante. Não estou defendendo que haja um manual para usar, eu defendo que não haja armas, porque as balas de borracha já foram proibidas e novamente o Judiciário voltou com a autorização dessa bala.

Com relação ao Ministério Público, para o controle da polícia ele é completamente omissivo no estado de São Paulo. É ausente, não participa de nada. É impossível que eles não saibam o quanto de violações ocorrem. Agora são as perseguições, são os (ininteligível), mas durante as ocupações ocorreram também revistas de policiais homens nas meninas. Teve abuso sexual, sabe? E isso a gente quase nunca fala, porque teve violência de gênero, inclusive. E aí, o Sr. Levy acha que isso é o estado democrático que a gente vê em São Paulo. Um Governador que não foi abalado nem pela crise hídrica, apenas os estudantes conseguiram abalar a popularidade do Governador.

Isso é o entendimento da democracia, não é só para o Sr. Levy não. É da Secretaria da Educação, é da Secretaria de Segurança, é do próprio Governador, é do Estado em geral. É o Estado, o problema aqui é o Estado. Não somos nós, o problema é o Estado. O Estado não nos representa. (Palmas)

Depois eles ficam abismados no *Jornal da Globo* pelo índice de abstinência de voto nulo. Mas como, se o Estado não nos representa? Como poderia ser diferente? Isso só tende a aumentar, gente, me esperem em 2018.

É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O Sr. Wilson Levy terá de sair e vou passar três minutos para sua fala, porque é importante para que seja registrado nas Notas Taquigráficas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra V.Sa.

O SR. WILSON LEVY – Como eu havia prometido a vocês, peço que conste em ata na sessão desta audiência pública o meu endereço de *e-mail* para recebimento de denúncias, quaisquer denúncias. Sou pago para isso, para responder, então, vocês fiquem à vontade para recorrer. O endereço é *wilson.levy@educacao.sp.gov.br*. Estou à disposição para escutá-los sempre que necessário. Obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Teresa Cristina Lopes.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – **Gente, a audiência tem de voltar à normalidade.**
(segue Rod. 32)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Gente, a audiência tem de voltar à normalidade. Tem a palavra a Sra. Tereza Cristina Lopes.

- Gravação prejudicada, microfone com problema.

A SRA. TEREZA CRISTINA LOPES – Eu sou Tereza Cristina, sou mãe de secundarista e membro do CMPL. Isso aqui é uma gravação da Vice-Diretora Ana Maria Fernão Dias me convidando para uma reunião Câmara Municipal a polícia militar porque meu filho foi enquadrado dentro da escola e eles diziam que dentro a escola não tinha polícia e teve um policiamento ostensivo dentro da escola. Os policiais ficavam dentro do recreio, passeando. Eles estacionavam dentro da escola como se fossem funcionários da escola. Então, é muito bonito o que está acontecendo aqui, todo mundo falando, mas eu gostaria muito de saber se vai sair alguma coisa para defender esse menino porque todas as (ininteligíveis) que esses meninos fazem depois eles mandam o pau maior. Todos os lugares que vão. Quando eu fui para os EUA e fazia denúncia representando o CMPR, a polícia ficou aqui enquadrando o meu filho mais de 20 dias. Desde que eu cheguei dos EUA, dia oito, até o dia 28 eles me enquadraram para sair no dia 28 a (ininteligível) com a foto dele no celular. Isso vem acontecendo com vários desses meninos. Todos eles passam violência principalmente o que

ficou bem claro aqui. Os estudantes negros e da periferia. Não é só nas portas das escolas, tem muitos deles que trabalham, são perseguidos no trabalho, eu tenho polícia na minha porta direto. A perseguição está sendo outro, é isso mesmo que eles querem, desestruturar. Isso é que não pode deixar acontecer, nós estamos aqui abraçando um ao outro para fortalecer mesmo. Nada de deixar esse governo fascista fazer isso com a gente. Eles estão mexendo com o emocional da gente e eu que sou mãe está mexendo com o meu filho, está mexendo com esses meninos que são meus filhos também. Hoje há um agravante nas abordagens policiais, eles estão pegando as meninas e estão falando que vão violentar. Uma das desocupações eles chegaram que tinha chegado o bonde dos outros poderes. Isso é louco gente. Isso é louco, gente, não pode ser admitido de jeito nenhum.

Eu queria muito que estivesse aqui o rapaz do Ministério Público para dizer do meu repúdio da homenagem que eles fizeram para o Alckmin. É um absurdo um governo desse que manda bater em estudantes. A professora Dalva teve dois anos do seu trabalho desaparecido, não está conseguindo aposentar por conta de perseguição. A polícia segue ela até para tomar um café. É uma vergonha aquela escola, é uma vergonha. Mudaram a diretora, mas colocaram o diacho da Andrea em outro setor da educação, então, isso é um absurdo a mulher trabalhar com educação com essa postura.

Não só isso, como chamar os meninos e dizer que eles não têm direito a falar nada porque não sabem nem o que (ininteligível) você é. Então, que (palavra antirregimental) é essa? Que respeito você vai ter com uma porcaria de professor desse porque para mim nem professor ele é. Não tem respeito por mim como mãe e não deve ter de ninguém. É uma coisa escrachada, vergonhosa, (ininteligível) a gente corre em tantos lugares, mas a gente pensa se podemos confiar em vocês? Até onde que isso vai? Tão sugando o sangue dessa garotada. É terrorismo. Terrorismo não é o que a gente brasileira de segurança faz, colocar num site uma pessoa de roupa com capuz e falar que ele representa perigo porque está com a mochila nas costas e capuz na cabeça. O estado de São Paulo é terrorista. A polícia militar é terrorista. E

ela já colocou um rapaz jovem daquele jeito, por que? Perfil de estudante. Meu filho anda com capuz na cabeça e anda com mochila nas costas, então, ele é terrorista? Isso é muito louco. Na última prisão todos os lugares que os estudantes passaram tiveram que se despir, as meninas tiveram que ficar nua quatro vezes, dentro da estação do metrô elas tiveram que se despir, tiveram de tirar toda a roupa dentro da estação do metrô. As meninas ficaram nuas quatro vezes e os policiais do lado de fora falando o que ia fazer com elas. (palavras ininteligíveis) Cadê o direito delas? (palavras inaudíveis)

Fiz um curso de direitos humanos nesse final de semana e tinha um parágrafo lá que o policial não pode mandar se despir. Está lá que não pode mandar os meninos tirarem as roupas. Não estão respeitando direito nenhum, nem direito à escola, nem à segurança. Os estudantes e os apoiadores estão sendo perseguidos de uma forma brutal, racista, homofóbica de todos os jeitos que vocês possam imaginar.

Eu como mãe, tem dia que nem consigo dormir porque se eu souber que um desses meninos não deram notícia...todos nós do comitê, todos nos apoiadores ficamos loucos atrás deles. Por quê? Porque a polícia já chegou com um garoto e depois jogou. Já aconteceram muitas violências. Todos os lugares. Os extremos da periferia... os meninos contam as escolas. Além de eu falar do Fernão, como é o terrorismo lá dentro, agora, um pouquinho melhor com a nova direção, mas a Ana Maria, essa louca que me passa a reunião com a polícia militar para falar. Como é que vou comparecer com a diretora e a Polícia Militar? Ela achou ruim de eu não comparecer a reunião. Achou um absurdo. A Diretora da escola xinga os meninos, incita a violência dos alunos que não ocuparam contra ocupantes, tem perseguição de professores com alunos e isso é em todas as escolas, não é só lá. (palavras ininteligíveis) porque é o Fernão, mas tem o capão Redondo, o Jardim Ângela, Itapeverica. Para os lados do Tatuapé, Brasilândia, todos os lugares, principalmente, os extremos da periferia. Eles acham que na periferia os meninos não têm mãe. Eles acham que a família não vai sentir falta porque eles acham que a gente da periferia é (palavra antirregimental). Porque

eles não investem na nossa escola? Porque as mães trabalham tanto que acha que está indo para escola está ajudando ela porque está passando tempo lá.

Vocês têm de informar para as mães o que se passa na escola porque elas acham que está tudo bem e não está nada bem. Temos que mudar essa realidade. Espero realmente que isso daqui dê em alguma coisa porque vai chegar um tempo que esses meninos não vão querer comparecer aqui (palavras ininteligíveis) porque a gente vai ter que ficar no quebra-quebra na rua. Firme na rua. Estamos com vocês para o que der e vier. Espero que isso dê em alguma coisa mesmo porque só de formalidade a gente está meio que cansado disso.

Tem a palavra o Sr. Fernando Castro. Eu vou pedir para que as pessoas sejam breves porque fixamos horário de término 12 horas. Eu tenho que respeitar as pessoas aqui. Cada um tem o seu direito. Estamos tentando que os trabalhos transcorram da melhor forma possível.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Então, estamos aqui com uma lista enorme de inscritos.

Tem a palavra o Sr. Fernando Castro, professor.

O SR. FERNANDO CASTRO – Obrigado.

Eu vou falar pouco porque, na verdade, as perguntas para as pessoas que eu iria me dirigir, elas saíram.

Tivemos a atenção de chamar para participar, só que eles não tiveram respeito conosco para nos ouvir até o final, um deles é o representante do Ministério Público que saiu e o outro é o representante da Secretaria de Estado da Educação.

Mas o que está acontecendo é que estamos tendo uma terceirização da gestão da Educação no Estado que está passando da Secretaria da Educação para a Secretaria de Segurança Pública.

A Polícia não é adequada, é completamente fora dos padrões para tratar com o

cidadão. Eu passei por racismo desde a época em que era secundarista, terminei o doutorado na USP. Na época eu andava lá e a polícia sempre me enquadrava com arma a ponto de atirar, a gente fica mais preocupado quando somos abordados pela Polícia do que pelo assaltante. Isso é algo que acontece.

O Estado tenta se respaldar na questão legal, só que age basicamente pela ilegalidade, haja vista o que está acontecendo, as ocupações sem mandato judicial. Essas perseguições que estão acontecendo nas escolas que está tendo movimento agora, elas sempre aconteceram.

Na periferia, por exemplo, eu participava de um projeto que não andou por conta de problemas relacionados a isso porque às vezes morre um policial em tiroteio, eles vão a um bairro encapuzados, dão tiro em todo mundo, várias pessoas são assassinadas.

Sabemos que na legislação civil o cidadão não tem direito a porte de arma. No entanto, o policial a paisana tem uma arma. É complicada a questão de ter pessoas armadas andando que não são preparadas para trabalhar com as pessoas nem quando estão em serviço, imagine essa pessoa armada tratando de uma situação com as pessoas.

Estamos tentando aprofundar o debate, mas temos de pressionar não só a Secretaria de Educação, mas também a Secretaria de Segurança Pública porque o que acontece é um genocídio da população, basicamente a população negra.

A nossa amiga falou para sabotar o Estado, mas somos sabotados o tempo inteiro pelo Estado tanto da maneira legal, da Polícia agindo da forma errada, a educação também. Fora da lei através das desocupações e não seguindo os procedimentos legais.

Agradeço a presença de todos e parabéns aos secundaristas. Vocês são alunos que estão iluminando a nossa Nação. Tenho fé nessa rapaziada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Próximo, Srta. Maria Eduarda, estudante.

A SRA. MARIA EDUARDA – O senhor falou anteriormente de modernização das escolas, e tem uma escola na periferia que pegou fogo, mas até agora ninguém fez nada. A

minha escola está caindo aos pedaços por causa de infiltração, e ninguém ainda fez nada. Então quero ver essa modernização realmente acontecer, porque não está acontecendo.

Também quero dizer que a Polícia Militar é um resquício da ditadura, que supostamente acabou, e é uma polícia completamente despreparada para lidar com a revolta popular, não sabe lidar e, talvez, não entenda que a nossa luta também é dela, porque pode ser que seus filhos também estudem em escola pública, ou também peguem ônibus, também.

Então, senhores, olhem pela periferia, que não chega aos pés de qualquer outra região. Talvez eles tenham condição de pagar por uma escola particular, e tenham condições de ingressar em uma faculdade pública, o que a gente não tem. A gente que estuda em escola pública não tem acesso a faculdade pública, então os pais têm que se desdobrar para pagar uma faculdade particular e o filho tem que trabalhar e estudar. Isso é uma violência do Estado, é uma violência psicológica.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Srta. Sara Jennifer, secundarista.

A SRA. SARA JENNIFER – Bom dia. Eu pretendia me dirigir àquele senhor que saiu, que ele falou sobre a consulta pública, que mais de 160 mil questionários foram respondidos pelas pessoas.

O que eu queria trazer de informação é que essa consulta pública que foi aberta a funcionários e professores das escolas tem menos de 30 caracteres. Uma professora até brincou que no Twitter tem mais. Ou seja, para você falar sobre a educação do Estado tem de falar isso em apenas 30 caracteres. Então, você não pode realmente expor o que está acontecendo e dar riqueza de detalhes, porque o estudante e os funcionários estão informados sobre o que vem acontecendo na escola do Estado. Portanto, a partir do momento em que o Estado diz que está abrindo um diálogo, mas você tem apenas 30 caracteres para responder, então não está abrindo um diálogo.

Também o Secretário disse que não tem visto essas denúncias de violência. Ele

deveria parar de assistir a Globo, mas ele não está presente para eu poder falar isso. Então eu trouxe um relato, que eu gostaria que ele estivesse escutando, sobre uma amiga minha, do qual vou ler alguns trechos: “Outro amigo nosso foi levado até o ônibus sem conseguir andar e chorando de dor, porque o policial apertou seu pênis por alguns minutos”. A outra parte é que quando eles estavam no camburão e a polícia mandou as meninas descerem, dizendo a seguinte frase: “Manda as meninas descerem primeiro, porque o nosso camburão de estupro está chegando”.

A gente está numa audiência pública porque a gente teve a necessidade de vir a um espaço como esse, já que não dá para denunciar a violência da polícia para a própria polícia. Se eu falar para um policial que outro policial me assediou, me chamou de putinha secundarista, gostosa, ele vai rir da minha cara.

Então a gente tem que vir a um espaço como este para denunciar a polícia, porque quem deveria ser responsável pela minha proteção e pela proteção dos secundaristas não vai fazer nada por mim. Eu defendo sim o fim da Polícia Militar porque simplesmente eu me pergunto: qual é o papel da Polícia Militar? Se for pra nos defender a gente e não está defendendo, qual o motivo da sua existência? Vivemos um momento em que estamos travando uma guerra não só com o Estado, mas temos de travar uma guerra contra a Polícia Militar porque o Estado se cercou de pião, na sua frente. Estamos num tabuleiro de xadrez, e se quiser falar com o querido Governador, vamos levar cassetete na cara!

Pra encerrar, quero dizer: qual é o papel da Polícia Militar? Sinceramente, o que eu estou fazendo aqui, hoje, se não for pra resolver alguma coisa? Estamos um pouco cansados!

Era só isso, gente.

Obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Anuncio a presença do nobre Vereador Gilson Barreto, a quem convido a fazer parte da Mesa.

Também registro a presença do nosso Senador, do sempre Senador e Vereador, Eduardo Suplicy, e peço para fazer parte da Mesa.

O próximo a usar a palavra é Tarik Mazzarello, estudante secundarista.

O SR. TARIK MZZARELLO – Boa tarde a todos os criminosos da Educação!

Queria fazer um comentário que já fiz ao Vereador, pouquíssimos secundaristas foram aqui ouvidos, e eu trouxe o meu relato de violência até *puxando* na fala da querida companheira que me antecedeu. Ela falou da violência de um policial, e eu vou falar da violência que sofri na minha desocupação.

O policial chegou até mim, eu lembrei a ele que tinha gente pulando, invadindo a escola, lembrei a ele que tanto a Constituição Brasileira e o Estatuto do ECA garantem que os maiores de idade são responsáveis pela Segurança e pela sanidade mental dos estudantes em geral, dos menores de idade. Ele olhou pra mim - e me desculpem a palavra – e me mandou tomar no c..., de um jeito que não foi muito divertido. Lembrando então a fala dela, a quem eu posso denunciar isso? Vou ligar pra quem? Vou ligar pra polícia e falar: olha, o seu comandante me mandou tomar no c...? Vão fazer o quê?

Infelizmente, o nosso querido amigo, que mais parece um cara que só leva bomba, o Levi, foi embora. Queria lembrá-lo com uma frase que eu vou ler – desculpem – no celular, frase de um *cara* que muitos devem conhecer. É o terceiro mais citado nas pesquisas de mestrado, frase do Prof. Paulo Freire: “Quem melhor do que os oprimidos se encontram preparados para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor do que eles os efeitos da opressão? Quem mais do que eles para compreender a necessidade de libertação?”

Queria dizer à Mesa que melhor do que ouvir UBES, UMES, seja quem for, tem que ouvir a gente, tem que ir às escolas. Se forem cinco mil escolas do Estado, vão ter que passar nas cinco mil e ouvir os quatro milhões de alunos, porque eles são a voz, e não uma entidade que diz que representa os alunos, mas que nunca apareceu na porta da minha escola!

...(ininteligível) para ganhar nomezinho de partido, certo?

Era só isso mesmo, brigadão!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado. Gente, temos um problema pra resolver.

Há ainda seis inscritos e há convocação pra uma nova audiência, que será agora às 12h. Já está aqui o Presidente da Comissão de Política Urbana, para presidir audiência que é um processo regimental. Eu queria então fazer um acordo. Dentre os seis inscritos, que fosse escolhido um pra gente poder encerrar.

- Manifestação fora do microfone.

- Manifestação dos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Faço então uma consulta ao Vereador Gilson Barreto. Vereador, V.Exa. pode abrir a audiência e suspender por alguns minutos pra que os inscritos possam se pronunciar? V.Exa. pode abrir a audiência e depois suspendê-la? (Pausa)

Então para dar cumprimento ao Regimento da Casa, suspendo por alguns minutos e retomamos, em seguida à abertura dos trabalhos da CPU.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Reabertos os trabalhos, há seis inscritos. Gostaria que cada um falasse por cerca de dois minutos e assim finalizássemos a audiência.

O próximo inscrito é o Sr. Alfredo Athiê Júnior. (Pausa) O senhor não vai falar? (Pausa) Tem a palavra a Sra. Luciana Pereira, professora, que estava inscrita.

A SRA. LUCIANA PEREIRA – Sou Luciana, sou professora e mãe secundarista. Boa parte da minha fala era mais um questionamento ao senhor representante Nalini, que saiu. Outra parte são denúncias, depoimentos, que recebo todos os dias dos secundaristas, Vou tentar ler bem rápido o de ontem. “Por favor me ajuda. Tem polícia aqui na escola”.

Pedi para a advogada – que inclusive está aqui – para ligar para a garota e perguntar o que estava acontecendo. A garota descreve dessa forma: “A reorganização colocará os segundos e terceiros anos para o período noturno e deixará, no período da manhã, apenas o primeiro ano. O problema é que a direção não ia informar os pais, quando vazou a informação aqui na escola. Só íamos ser avisados no início do ano letivo de 2017. Após a assembleia – pedimos uma assembleia – a diretora pediu para que o 8º ano nos viesse. E essa reivindicação foi aceita do pedido da assembleia. Enquanto a diretora pedira para os alunos virem, ela chamou a PM, e a PM ficou, o tempo inteiro, com spray de pimenta, nos ameaçando, dentro da escola. Queríamos apenas uma informação de onde estudaríamos o ano letivo de 2017”.

Bom, outro depoimento: “Quando terminou a ocupação, o (ininteligível) e eu, que temos orientação sexual diferente da grande maioria fomos agredidos por um grupo pequeno de estudantes. Esses estudantes tinham o aval da direção. Quando fui questionar a direção o porquê daquilo, a direção respondeu da seguinte forma: ‘que ele ocupou, tem de apanhar’. Muitos dos meus colegas pediram transferência e alguns estão sem escola, sem estudar”.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Dois minutos.

A SRA. LUCIANA – Encerro aqui. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Agora o Sr. Breno Borges, estudante secundarista.

- Manifestação na plateia.

O SR. BRUNO BORGES – Estou um pouco nervoso para falar, mas tudo bem. Vou ler um relato de uma amiga que preferiu não se identificar. “Estava saindo de um mato, deixei meus amores no metrô e segui sozinha, pois morava perto. Foi quando percebi que dois homens estavam me seguindo, olhei para trás, e um deles já me empurrou com a arma na mão e disse: ‘Olha aí vagabunda, você é do movimento, você conhece essa pessoa?’, me perguntavam enquanto me pressionavam contra a parede. Daí chegou a viatura e um falou: ‘E

aí, vamos levá-la', outro respondeu: 'Ela é inútil' e o outro falou: 'Então apaga'. Foi o último diálogo que ouvi antes de meus olhos fecharem". É um dos relatos.

Vou contar algo meu também. Acho que muitos daqui já foram perseguidos até em casa. Eu já fui. Também já fui ameaçado, muitos daqui igualmente já foram e todo mundo aqui sabe que não é fácil. Minha mãe não sabe que fui perseguido. Tenho até medo dela saber, porque ela pode ter um 'tróço' por causa do coração.

Também isso influencia, desculpem, não sei, estou emocionado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigada. Por favor, Isadora Fagundes, estudante secundarista.

A SRA. ISADORA FAGUNDES – Oi gente, tudo bem? Meu nome é Isadora, sou do Rio Grande do Sul e eu queria dizer que é triste a gente estar aqui num espaço que era para ser democrático e ter nossa voz impedida. Tem muito estudante que não falou e não vai falar, portanto, há relatos que não serão ouvidos, assim como muita agressão que não será ouvida.

Quero dizer que, infelizmente, o Sr. Levi saiu, mas, na realidade, ele não saiu, ele fugiu porque não tem vergonha na cara de estar aqui e ouvir tudo isso que os estudantes estão passando.

Estou muito nervosa, gente. Meu Deus.

Quero dizer que no Rio Grande do Sul a gente não passou uma repressão tão grande quanto eu ouvi relatos aqui em São Paulo.

Quero lembrar vocês sobre um fato que aconteceu lá, que até hoje a gente vê os seus reflexos.

A gente ocupou a Secretaria da Fazenda, com movimento político, e fomos arrastados e levados por policiais. Quero lembrar que é obrigatória a identificação dos policiais do choque, mas eles não usam identificação. Não tinha policial mulher para carregar as meninas, a polícia é machista, pegava as meninas pelos seios. Quando chegamos no IML era médico homem que queria ver a menina. Era médico homem que queria olhar os seios de uma

menina.

Isso não pode ser deixado para trás. Essas coisas não podem ser deixadas para trás. É responsabilidade da sociedade lidar com isso e verificar a ação da polícia.

Quero dizer que meus amigos que têm 18 anos estão sendo criminalizados. Está correndo um processo por terem ocupado a Secretaria da Fazenda. Eles podem pegar pena, estão em liberdade provisória. Isso mexe com o psicológico da gente.

Quando nós saímos para as ruas e a PM nos fecha de todos os lados e toca gás...

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Dois minutos.

A SRA. ISADORA FAGUNDES – ...lacrimogênio na gente, isso mexe com o nosso psicológico. Quando a merda do helicóptero fica na nossa cabeça, quando aquele barulho ecoa, por horas e horas dentro dos nossos ouvidos, isso é pressão psicológica. Eles estão querendo matar o nosso psicológico.

Quero falar aqui também que tem muito secundarista que está sendo, além de perseguido, apanhando sozinho. Um amigo meu foi comprar pão e apanhou de um PM. Eu vi um ato de uma menina aqui que disse que o seu noivo foi pegar um metrô e foi encontrado desacordado. Ele foi perseguido por alguém que deveria nos proteger.

A gente já viu muita encheção de linguiça aqui, por parte de Vereadores e por parte da Secretaria de Educação de São Paulo. Quero dizer que é um absurdo falar que vai dar espaço democrático para estudantes, quando você se encontra em espaço democrático e sai por aquela porta e não escuta quem está aqui.

A gente tem voz e vai falar enquanto conseguir. A gente vai falar por aqueles que morreram, por aqueles que estão apanhando.

Eu tenho uma coisa para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Conclua, por favor.

A SRA. ISADORA FAGUNDES – Vou concluir.

A gente apanha, vai apanhar mais, só que é assim, a gente não vai sair daqui. A

gente não vai parar de exigir aquilo que é nosso por direito. Nunca, nunca a gente vai parar de exigir aquilo que é nosso por direito. Porque o que nos move é a nossa luta e a gente não vai parar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Vasques, psicólogo, em seguida a Sra. Maíra dos Santos, estudante; a última inscrita é a Sra. Amanda Melo, estudante.

O SR. RODRIGO VASQUES – Não sei se vou falar coisas mais fortes do que as que já foram ditas, eu acho que já fui bastante atravessado, porque foi dito, vivido, sentido e experimentado hoje.

Primeiro quero fazer um convite para quem puder e desejar, estou com um grupo que estará lançando, no dia 3 de dezembro, na Casa do Povo, um canal no Youtube, que vai se chamar: mexeu com (Ininteligível), mexeu comigo.

Nós estamos recolhendo depoimentos de pessoas interessadas. A Aline Sasahara faz parte desse grupo, o Luiz Saraiva, que foi o primeiro a falar. A gente vai lançar esse canal no dia 3 de dezembro, são quatro perguntas principais: Qual é o seu nome e sua ocupação no momento? Como você avalia o movimento secundarista hoje? Como você acha que o Estado reage a esse tipo de movimento? – eu acho que deu para perceber isso aqui. Que recado, que não seja prescritivo, que você deixa para esses jovens e suas famílias? Acho que é bem importante isso.

É muito triste ver que a nossa vida se tornou polícia. É vergonhoso.

Vocês falaram muito em apoio psicológico. Eu psicólogo de formação, trabalho como psicólogo. Às vezes eu brinco dizendo que sou psicólogo nas horas vagas, porque também é vergonhoso a trajetória da nossa profissão. A Adriana está aqui e não me deixa mentir. Mas eu acho que para poder resistir a isso precisei de alguns parças que estiveram comigo: Adriana e vários outros.

Uma delas é uma psicóloga lá do Rio de Janeiro chamada Cecília Columbra, ela foi

torturada durante a ditadura militar, era estudante de psicologia e professora de história. Ela foi abusada sexualmente, teve a ameaça de que o seu filho de dois anos seria levado pelo Conselho Tutelar, escutou os gritos do seu companheiro na cela do lado. Cecília escreveu sobre isso, tem um texto muito bonito num livro chamado *Clínica e Política*, em que ela narra isso.

Eu quero dizer para vocês não desistirem, continuem se fazendo ouvir. Seus corpos são narrativas que precisam ser gritadas, se possível. Mas não deixem de falar.

Isso nos faz lembrar também...

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Dois minutos.

O SR. RODRIGO VASQUES – ...um quadrinho que eu gosto muito do Sandman. É um quadrinho sobre o *Som de Mil Gatos*, que é a história de uma gata mais velha vai a vários gatos e diz: sonhem, porque enquanto vocês sonharem nós vamos conseguir resistir ao pouso da maldade, da violência e do fascismo dos homens.

Todos os gatos não acreditaram naquela gata, mas um deles acreditou e falou que iria para a casa sonhar. Pensando nisso, quero finalizar com um poema de um amigo, chamado Lucas Bonzato, que está livro *Afronta Fronteiras*, que se chama *Feito às Mãos*.

“Sentei para escrever um poema, mas os vapores do gás lacrimogênio jogados nos adolescentes, entraram por debaixo da minha porta, irritaram tanto os meus olhos que não enxergaram mais papel algum. Não acreditaram mais em papel algum. Levantei da cadeira, botei lenço e o vinagre na mochila, tive de deixar a caneta de lado - queria que o Levi escutasse isso.

Sentei para escrever um poema, mas a lama da Vale chegou aos mar das minhas palavras, estourou a minha casa, manchou meu caderno, engoli tudo o que eu tinha escrito. Tentei canetas de todas as cores, mas nenhuma escrevia mais. Sobre essa tonalidade dolorida de marrom, levantei da cadeira e tive de deixar a caneta de lado.

Sentei para escrever um poema, mas o cortejo pequeno, velando mais um jovem

negro assassinado, sobre olhares indiferentes, passou na minha janela e me fez levantar da cadeira e deixar a caneta de lado.

Sentei para escrever um poema, mas tentaram roubar a infância de uma criança na minha frente. Outra vez, a violência adulta foi tanta que as folhas se espalharam pelo quarto e eu não consegui juntar de novo os pedaços. Levantei da cadeira, brinquei com ela no chão por algumas horas, deixando a caneta de lado.

Sentei para escrever um poema, mas lembrei da piada homofóbica no futebol, do comentário machista no bar e da linha que liga quem falou à lâmpada quebrada, nos corpos na rua, aos assédios. Há tantos crimes de ódio. Levantei da cadeira, e comecei uma treta que ainda não acabou. Acabei deixando a caneta de lado.

Sentei para escrever um poema, mas a nova lei que o Congresso aprovou martelou todos os ossos, interditou juridicamente as metáforas, a canetada tirou a caneta da minha mão e me fez levantar da cadeira.

Sentei para escrever um poema, mas tinha uma brecha na agenda da escola ocupada, arrisquei e toparam. Levantei da cadeira e fiz uma oficina sem nunca ter feito.

Falamos de tudo o que nos tira da cadeira, fomos juntos para a rua, aprendi mais do que ensinei, com a caneta de lado fizemos um poema em área verde como os olhos da esperança. Não tenha medo: “se você tira a minha escola, eu tiro o seu sossego”.

- Palmas e manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Registro a presença do Vereador Dalton Silvano. Srta. Maiara dos Santos.

A SRA. MAIARA DOS SANTOS – Sou estudante secundarista do Paraisópolis, tenho 17 anos. Estou aqui para falar que fazemos um trabalho de base na escola com uma minoria de alunos, porque professores fecham aulas para falar mal da gente, que queremos implantar a discórdia na escola. Eles dizem que vamos fazer com que a festa de formatura deles seja prejudicada; eles implantam a discórdia entre nós, e somos uma minoria. Eles

dizem, pelas nossas costas, que nós somos chatos, que queremos fazer debates e assembleias na escola só para falar abobrinhas.

Somos analfabetos políticos por causa disso. Vou para a escola de manhã fazer educação física e sou a única menina que joga bola com os moleques, porque as meninas não têm espaço para jogar, elas são oprimidas. O próximo virou para mim, eu disse que era a próxima, ele me disse: “Que se foda”, porque eu era menina e havia um monte de moleques querendo jogar, e eu não podia, que eu iria tirar a vez deles.

Isso é o que eu queria dizer para o cara que estava aqui, o Levi. Uma moça falou, e ele fugiu, porque ele não tinha outro compromisso. Se ele quer falar, passar o número dele, o “contatinho” dele, que ele passe para quem precisa mesmo, porque ele está visitando ou escola modelo, ou escola particular. Se ele for a uma escola de periferia, como a nossa, vai ver que a realidade é totalmente diferente do que ele está vendo lá. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. a última inscrita, Srta. Amanda Melo, estudante.

A SRA. AMANDA MELO – Bom dia. Sou a última a falar. Vou tentar fazer um encerramento com tudo o que a gente viu nesta audiência.

Vimos muita “encheção” de saco, muita “encheção” de lingüiça. A gente percebeu que o discurso do cara ali era lindo, foi muito bonito o discurso dele. A Constituição é muito bonita, a lei é muito bonita, mas vimos que a prática não é tão bonita assim; que todo mundo falou, falou, falou, mas ninguém sintetizou, e todo mundo está com essa cara de dor que estou vendo em vocês. Vi alguns chorando. Neste ano, comecei a fazer tratamento psicológico, então é uma questão de saúde pública também.

Eu só queria falar que essa dissonância entre a prática e o que está escrito dói muito, é muito dolorosa. No final da ditadura militar, houve a Lei da Anistia, e os policiais não foram julgados, tudo foi arquivado. Veio a Comissão da Verdade para tentar ver alguma coisa, mas quero deixar um recado: que esta geração também tem consciência, também faz

resistência, e não vai ter Lei da Anistia de novo. Ficou bem claro para mim, para nós que a tortura no Brasil não acabou, que ainda existe, e sofremos muito com isso.

Vem uma PEC, e uma questão de saúde pública é gerada pela violência policial. A educação já está ruim, e mais jovens precisarão ser atendidos nos postos de saúde. Ficou uns dois meses esperando por um atendimento do psicólogo no posto de saúde, e ainda querem cortar dinheiro da saúde e da educação! Ou seja, quanto custa uma bomba de gás lacrimogêneo? Qual o salário de um juiz neste país? (Palmas)

Ao invés de se fazer uma reforma assim, por que não uma reforma tributária? Por que não taxar as grandes fortunas? Por que não rever a dívida pública, pela qual pagamos juros?

É isso. Vai ter consciência, vai ter resistência e não vai ter arrego. (Palmas)

- Aplausos e manifestações no recinto.

(NÃO IDENTIFICADO) – Com licença, é coisa rápida, por favor. Desculpem eu estar cortando a lista. Sei que teoricamente já acabou, mas eu queria fazer uma leve pontuação. A tortura não acabou, continua e não vai acabar. Todo mundo aqui sabe, e isso é uma coisa óbvia, que a educação derruba o Estado. Eles vão continuar segurando a gente o quanto eles puderem, porque eles têm medo de vocês, têm medo de todos nós.

Uma coisa que foi dita lá atrás: “Como é que vocês não denunciam? Vocês têm celular” e não sei mais o quê. A globalização fez uma coisa maravilhosa, juntou todo mundo, hoje está todo mundo consciente pra caramba; mas tem isso também: a gente não usa o WhatsApp para denunciar as coisas não, a gente pode se conscientizar com muita coisa aqui. Se vocês entrarem no Facebook, há todas essas denúncias que vocês não viram.

É isso, pessoal. Vocês são fora pra caramba. A luta não acabou nem vai acabar nem fodendo. Vamos para a porrada. Abaixo o Estado.

- Palmas e manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Encerradas as falas do plenário, vou proceder da

seguinte forma: duas pessoas da Mesa vão falar: o promotor federal, por um minuto, e a advogada Marina, também por um minuto; e vou encerrar esta audiência. O Vereador Gilson Barreto vai reabrir a audiência que ele tem que reabrir para cumprir o requerimento que foi feito.

Os encaminhamentos que, se não forem feitos pelos dois representantes da Mesa, poderão ser mandados por escritos, e vou anexá-los junto às notas taquigráficas e vou encaminhar para o Ministério Público, para o Sr. Governador do Estado de São Paulo, para o Sr. Secretário de Educação, para o Sr. Comandante Geral da Polícia Militar para que tomem conhecimento, porque a Polícia Militar está descontrolado, conforme aquilo que foi falado aqui; ou seja, está desgovernada.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Peço então à Dra. Marina que faça seus encaminhamentos.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Depois vocês me apresentem o rol dos órgãos para os quais vocês querem que seja encaminhado, e vou determinar esse encaminhamento.

A SRA. MARINA – Pessoal, vamos ver se vocês se organizam, então, para mandar esses encaminhamentos e outros pedidos. O que eu selecionei aqui – porque esperamos que haja alguma efetividade desta audiência pública, senão teremos perdido nossa manhã, pois poderíamos estar na rua lutando – é que a gente quer a disponibilização da ata para que haja encaminhamentos; uma carta de intenção da Secretaria de Segurança e da Secretaria de Educação, da apuração dos abusos e das perseguições e responsabilização dos agentes públicos que cometeram esses abusos. Lembramos sempre que as reintegrações têm que ser cumpridas com mandado. Isso foi uma arbitrariedade do Secretário de Educação e do de Segurança no Centro Paula Souza, que decidiram que o Executivo não precisa se submeter às decisões do Judiciário, e isso é inconstitucional. (Palmas)

- Manifestações no recinto.

(NÃO IDENTIFICADO) – Olá. Sou procurador. Estou aqui um pouco aflito porque vejo que há mais coisa para ser dita, e há necessidade de pensarmos em encaminhamentos, como foi apontado. Eu estava tentando aqui articular; se vocês quiserem, podemos tentar continuar esta reunião à tarde na AMP federal. Eu ficaria com vocês à tarde para encaminhar; se alguém quiser gravar um depoimento, a gente gravar. Eu acabei de conseguir uma sala. Não é uma sala muito grande, deve caber umas 20 pessoas. Ou então, a gente marcar outra data para fazer essa conversa lá, caso vocês queiram articular isso melhor. Aí, é só discutir uma agenda.

Para não atrapalhar, vou estar aqui na porta. Se vocês quiserem, a gente conversa para ver de que forma a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão pode se envolver um pouco se envolver um pouco mais e tentar dar outros encaminhamentos além dos que já foram pontuados. Mas vou respeitar meu um minuto e estarei no saguão para eventualmente conversar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vou encerrar esta audiência pública. O Vereador Gilson Barreto irá abrir a audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e o Vereador Suplicy, que está presente hoje, quer também fazer uso da palavra por 2 minutos, mas esse tempo ficará para quando o Vereador Gilson Barreto estiver presidindo a audiência pública e lhe dê o tempo.

Não havendo mais tempo, declaro encerrada a presente audiência pública.